



UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO

ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS FORA DE JURISDIÇÃO NACIONAL

*MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS*

Autor

PEDRO EMANUEL DOS REIS SANTOS

Professor Orientador

Professor Doutor Fernando Loureiro Bastos

2018

Aos meus pais, Alice e Jorge, à minha irmã, Vanessa, e ao meu cunhado, Ivo, aqueles em quem posso sempre contar.

AGRADECIMENTOS

A combinação da dissertação com o início da minha entrada no mercado laboral demonstrou-se um equilíbrio mais árduo do que o inicialmente esperado, pelo que importa agradecer a todos aqueles que contribuíram positivamente na sua elaboração e que me permitiram manter o ânimo.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar a minha gratidão ao Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos, meu orientador, pelo seu entusiasmo em relação ao tema escolhido, pela sua constante disponibilidade e pelos seus sinceros conselhos.

Agradeço à minha antiga colega de estágio na Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marinhos, Joana Otero Matias, pela inspiração temática e pelo seu invejável otimismo e entusiasmo.

Aos meus colegas de curso, ao André Ortega Costa e à Filipa Pacheco Noronha Godinho, meus colegas de curso, pelas estimulantes discussões e pelos constantes desabafos, oferecendo alguma sanidade ao longo deste período.

Por fim, agradeço aos meus antigos colegas de estágio no Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia, Joona Suni, Natalia Pujalte e Victoire Radiguet, pela sua paciência e por me encorajarem na etapa final deste processo.

RESUMO

A presente dissertação debruça-se sobre o enquadramento jurídico das áreas marinhas protegidas em áreas fora de jurisdição nacional, atendendo ao seu desenvolvimento nos diferentes fóruns internacionais e regionais e ao seu objetivo de proteção do meio marinho.

No primeiro título analisa-se os diferentes espaços marítimos previstos na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, com a intenção de delimitar os poderes dos Estados nas diferentes áreas, possibilitando uma melhor compreensão das áreas fora de jurisdição nacional.

O segundo título exemplifica algumas das ameaças enfrentadas pela biodiversidade marinha em áreas fora de jurisdição nacional, de modo a explicitar a importância da designação de áreas marinhas protegidas. Por sua vez, o terceiro título refere-se à evolução histórica do conceito de áreas marinhas protegidas, demonstrando a crescente importância atribuída pela comunidade internacional à proteção do meio marinho e a estes instrumentos de gestão para a sua proteção e conservação.

O conceito de áreas marinhas protegidas é analisado no quarto título da presente dissertação, dando-se particular atenção às mais influentes definições, visando-se um melhor entendimento dos elementos deste instrumento, bem como da sua elasticidade e amplitude. De seguida, no título quinto, procede-se à análise da atual base legal na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar para a criação e gestão de áreas marinhas em áreas fora de jurisdição nacional, incluindo a obrigação geral de proteger e preservar o meio marinho e a obrigação de tomar as medidas necessárias para proteger e preservar os ecossistemas raros ou frágeis, bem como os habitats de espécies e outras formas de vida marinha em vias de extinção, ameaçadas ou em perigo.

Nos títulos sexto e sétimo, examina-se os processos encetados nos diversos fóruns internacionais e regionais, respetivamente, permitindo verificar os diferentes modelos de atuação praticados, particularmente no caso das organizações e acordos setoriais, as lacunas existentes e a necessidade de cooperação entre os diversos fóruns para se atingir uma proteção efetiva e coerente do meio marinho em áreas fora de jurisdição nacional.

Por fim, o último título sublinha os recentes esforços da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas para a futura adoção de um novo instrumento internacional legalmente vinculativo sob a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, incluindo um novo modelo para a identificação e designação de áreas marinhas em áreas fora de jurisdição nacional.

Palavras-chave: Áreas Marinhas Protegidas; Áreas fora de Jurisdição Nacional; Biodiversidade Marinha; Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; Direito Internacional do Mar

ABSTRACT

This dissertation dwells on the legal framework of marine protected areas in areas beyond national jurisdiction, taking into consideration its development in the different international and regional fora and its objective to protect the marine environment.

In the first title the different maritime spaces provided by the United Nations Convention on the Law of the Sea are analysed, allowing a better understating of the areas beyond national jurisdiction.

The second title provides examples of some of the threats faced by marine biodiversity in areas beyond national jurisdiction, in order to express the importance of the designation of marine protected areas. On the other hand, the third title refers to the historical evolution of the concept of marine protected areas, demonstrating the increasing importance attributed by the international community to the protection of the marine environment and the management instruments for its protection and conservation.

The concept of marine protected areas is analysed in the fourth title of this dissertation, with particular attention given to the most influent definitions, aiming for a better understanding of the features of the instrument as well as of its elasticity and range. Thereafter, in the fifth title, an analysis of the current legal basis in the United Nations Convention on the Law of the Sea for the establishment and management of marine protected areas in areas beyond national jurisdiction is provided, including the general obligation to protect and preserve the marine environment and the obligation to take the necessary measures to protect and preserve the rare or fragile ecosystems as well as the habitats of species and other forms of marine life in danger of extinction, threatened or endangered.

Under the sixth and seventh titles, the procedures in the different international and regional fora, are examined, respectively, allowing a review of the different models used, particularly in the case of sectoral organisations and agreements, the existing gaps and the need for cooperation between the various fora to achieve an effective and coherent protection of the marine environment in areas beyond national jurisdiction.

Lastly, the last title underlined the recent efforts by the United Nations General Assembly for the future adoption of a new legally binding international instrument under the International Convention of the Law of the Sea, including a new model for the identification and the designation of marine protected areas in areas beyond national jurisdiction.

Keywords: Marine Protected Areas; Areas beyond National Jurisdiction; Marine Biodiversity; United Nations Convention on the Law of the Sea; International Law of the Sea

ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS, SIGLAS E NÓTULAS BREVES

ACCOBAMS – *Agreement on the Conservation of Cetaceans in the Black Sea, Mediterranean Sea and Contiguous Atlantic Sea* (Acordo sobre a Conservação dos Cetáceos no Mar Negro, Mar Mediterrâneo e Área Atlântica Adjacente)

ASCOBANS – *Agreement on the Conservation of Small Cetaceans of the Baltic, North East Atlantic, Irish and North Seas* (Acordo sobre a Conservação dos Pequenos Cetáceos no Mar Báltico, no Nordeste Atlântico, no Mar da Irlanda e no Mar do Norte. Anteriormente, Acordo sobre a Conservação dos Pequenos Cetáceos no Mar Báltico e no Mar do Norte)

AMP – Área Marinha Protegida

ASMA – *Antarctic Specially Managed Area* (Áreas Antártica Especialmente Gerida)

ASPA – *Antarctic Specially Protected Area* (Área Antártica Especialmente Protegida)

BBNJ Working Group – *Ad Hoc Open-ended Informal Working Group to Study Issues Relating to the Conservation and Sustainable Use of Marine Biodiversity Beyond Areas of National Jurisdiction* (Grupo de Trabalho Informal Aberto *Ad Hoc* para Estudar Assuntos Relacionados com a Conservação e o Usos Sustentável de Diversidade Marinha Fora de Áreas de Jurisdição Nacional)

CAMLR - *Convention on the Conservation of Antarctic Marine Living Resources* (Convenção sobre a Conservação da Fauna e da Flora Marinhas da Antártida)

CBI – Comissão Baleeira Internacional (em inglês: IWC)

CCAMLR - *Commission for the Conservation of Antarctic Marine Living Resources* (Comissão para a Conservação da Fauna e Flora Marinhas da Antártida)

CDB – Convenção sobre a Diversidade Biológica (em inglês: CBD)

CDUDM – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (em inglês: UNCLOS)

Conferência sobre a Biosfera - Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para o Uso Racional e a Conservação dos Recursos da Biosfera, organizada pela UNESCO em 1968

CIEM - Conselho Internacional para a Exploração do Mar (em inglês: ICES)

Convenção de Abidjan – Convenção para a Cooperação na Proteção e Desenvolvimento do Meio Marinho e Costeiro na Região da África Ocidental e Central (1981)

Convenção de Barcelona - Convenção para a Proteção do Meio Marinho e da Região Costeira do Mediterrâneo (1995). Anteriormente, Convenção para a Proteção do Mar

Mediterrâneo contra a Poluição (1976)

Convenção de Bonn - Convenção sobre a Conservação das Espécies Migradoras Pertencentes à Fauna Selvagem (1979)

Convenção de Cartagena – Convenção para a Proteção e Desenvolvimento do Meio Marinho na Região das Caraíbas (1983)

Convenção MARPOL – Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios

Convenção OSPAR – Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste (1992)

CRAMRA - *Convention on the Regulation of Antarctic Mineral Resource Activities* (Convenção sobre a Regulação de Atividades de Recursos Minerais Antárticas)

EBSA – *Ecologically or Biologically Significant Marine Areas* (Áreas Marinhas Ecologicamente ou Biologicamente Significativas)

EUA – Estados Unidos da América

FAO – *Food and Agriculture Organisation of the United Nations* (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)

GFCM – *General Fisheries Commission for the Mediterranean* (Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo)

ICCAT – *International Commission for the Conservation of Atlantic Tunas* (Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico)

ISA - *International Seabed Authority* (Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos)

IUCN – *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources – The World Conservation Union* (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais – União Mundial para a Conservação)

NAFO - *Northwest Atlantic Fisheries Organization* (Organização das Pescarias do Noroeste do Atlântico)

NAMMCO – *North Atlantic Marine Mammal Commission* (Comissão de Mamíferos Marinhos do Atlântico Norte)

NASCO - *North Atlantic Salmon Conservation Organization* (Organização para a Conservação do Salmão do Atlântico Norte)

NEAFC – *North East Atlantic Fisheries Commission* (Comissão das Pescas do Atlântico Nordeste)

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OMI – Organização Marítima Internacional (em inglês: IMO)

ORGP - Organização Regional de Gestão da Pesca

PNUA – Programa das Nações Unidas para o Ambiente (em inglês: UNEP)

Protocolo de Madrid - Protocolo ao Tratado para a Antártida sobre a Proteção do Meio Ambiente

Protocolo SPA/BD - Protocolo de 1995 à Convenção de Barcelona relativo às Áreas Especialmente Protegidas e à Diversidade Biológica no Mediterrâneo

PSSA – *Particularly Sensitive Sea Area* (Zona Marítima Particularmente Sensível)

SEAFO – *South East Atlantic Fisheries Organisation* (Organização das Pescarias do Atlântico Sudeste)

SIOFA – *Southern Indian Ocean Fisheries Agreement* (Acordo de Pesca para o Oceano Índico Sul)

SPAMI - *Specially Protected Area of Mediterranean Importance* (Zona Especialmente Protegida de Importância para o Mediterrâneo)

UE – União Europeia

UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

VME – *Vulnerable Marine Ecosystem* (Ecossistema Marinho Vulneverável)

WECAFC - *Western Central Atlantic Fisheries Commission* (Comissão das Pescas do Atlântico Centro-Oeste)

ZEE – Zona Económica Exclusiva

INTRODUÇÃO

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, celebrada em 10 de dezembro de 1982 em Montego Bay, Jamaica, comumente apelada de “Constituição dos Oceanos”, prevê a soberania e a jurisdição dos Estados sob um conjunto de espaços marítimos. No entanto, quase metade da superfície da Terra consiste em águas e fundos marinhos em áreas fora de jurisdição nacional, na sequência da antiga doutrina das liberdades no alto mar.

Os constantes avanços tecnológicos e a constante procura por recursos levaram à expansão das atividades humanas até às áreas fora de jurisdição nacional, anteriormente quase intocadas, causando uma extrema pressão na biodiversidade marinha, incluindo o colapso de unidades populacionais de recursos haliêuticos com elevado valor comercial, a destruição de ecossistemas de profundidade frágeis, e alterações nos habitats e ecossistemas por danos diversos.

Atendendo a essas pressões, a comunidade internacional, no âmbito da Organização das Nações Unidas, das Organizações Regionais de Gestão das Pescas, e outras organizações e acordos internacionais e regionais, tem definido metas para o estabelecimento de áreas marinhas protegidas em áreas fora de jurisdição nacional.

Não obstante a definição dessas metas, a CNUDM, negociada durante a década de 70, não dispõe de um enquadramento plenamente adequado para lidar com as ameaças à biodiversidade marinha em áreas fora de jurisdição nacional. Acresce que grandes secções do alto mar não se encontram geridas por qualquer organização internacional ou regional. Para além disso, nas áreas fora de jurisdição nacional em que se encontram organizações ou acordos em vigor, as competências de gestão encontram-se divididas sectorialmente, de acordo com as diferentes atividades humanas encetadas, dificultando a coordenação e a coerência das variadas entidades competentes e dos variados interesses prosseguidos por estas.

Em resposta às dificuldades mencionadas, a Assembleia Geral das Nações Unidas iniciou um processo para o desenvolvimento de um novo instrumento internacional legalmente vinculativo sob a CNUDM que irá tratar de várias questões relativas às áreas fora de jurisdição nacional, incluindo o estabelecimento de AMPs, devendo o mesmo ser concluído no futuro próximo.

TÍTULO I - ESPAÇOS MARÍTIMOS

SECÇÃO 1 - ESPAÇOS MARÍTIMOS SOB JURISDIÇÃO NACIONAL

1. Águas Interiores

Da CNUDM não consta um tratamento específico para as “águas interiores”, mas constam referências nos artigos 2.º e 8.º, tendo este último “águas interiores” como epígrafe. No n.º 1 do artigo 8.º pode ler-se que “...as águas situadas no interior da linha de base do mar territorial fazem parte das águas interiores do Estado”¹.

Nas palavras de ARMANDO M. MARQUES GUEDES, “Águas Interiores são as compreendidas entre as linhas da máxima preia-mar, por ocasião das marés vivas equinociais, e da baixa-mar; ou entre as primeiras e as linhas de base retas (incluindo de fecho) que tiverem sido traçadas em substituição da linha de baixa-mar”. Para além disso, este espaço marítimo abrange também a camada aérea que acima dele jaz, a própria superfície e espessura, e o leito subsolo a que se sobrepõe².

O poder exercido pelo Estado costeiro neste espaço marítimo é um poder dominial soberano, absoluto e exclusivo, não sendo necessária uma conciliação com os poderes de outros Estados. Este regime de soberania é idêntico ao exercido pelo Estado no seu território terrestre³.

2. Mar Territorial

O “mar territorial” é um espaço marítimo formado pelas águas marítimas adjacentes à terra firme, às águas interiores ou às águas arquipelágicas⁴. No seu artigo 3.º, a CNUDM estabelece as 12 milhas marítimas como limite máximo desde espaço marítimo.

No mar territorial exercem-se poderes de soberania semelhantes aos exercidos no espaço terrestre. A soberania detida pelo Estado estende-se ao espaço aéreo superior

¹Para mais detalhes sobre as Águas Interiores, ver FERNANDO LOUREIRO BASTOS, “O Direito Internacional do Mar e os Poderes dos Estados Costeiros”, in *Direito Administrativo do Mar*, Coimbra, Almedina, 2014, p. 19

²Cfr. ARMANDO M. MARQUES GUEDES, , *Direito do Mar*, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1998, p.95 e 96

³Ver FERNANDO LOUREIRO BASTOS, *O Direito...*, p. 19; e DONALD R. ROTHWELL / TIM STEPHENS, *The International Law of the Sea*, Oxford, Oxford and Portland, 2013, pp. 52-54

⁴Para mais detalhes sobre o Mar Territorial, ver ARMANDO M. MARQUES GUEDES, *Direito...*, p. 101

ao mar territorial e ao seu leito e subsolo⁵. No entanto, a soberania do Estado costeiro é limitada, destacando-se como o seu principal limite o direito de passagem inofensiva⁶.

Os poderes de soberania do Estado costeiro exercidos no seu Mar Territorial visam proteger os seus interesses vitais de soberania e segurança. Daí que mesmo existindo um direito de passagem inocente no espaço, o Estado costeiro retenha um elevado grau de autoridade sobre os navios estrangeiros no seu Mar Territorial⁷.

Importa referir que os Estados costeiros possuem capacidade absoluta para regular todas as atividades e detêm soberania sobre todos os recursos encontrados no mar, vivos ou não vivos.

3. Zona Contígua

Nos termos do artigo 33.º da CNUDM, “a zona contígua não pode estender-se além de 24 milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial”.

A “zona contígua” compreende um espaço marítimo em que o Estado costeiro pode exercer determinadas competências, limitadas e específicas, visando impedir ou sancionar infrações das suas regulações aduaneiras, fiscais, de imigração e de salubridade, cometidas dentro do seu território ou mar territorial⁸. Esta autoridade é reconhecida por estarem em causa interesses críticos para os Estados costeiros⁹.

Relativamente à natureza jurídica dos poderes exercidos na Zona Contígua, ARMANDO M. MARQUES GUEDES considera não se tratarem de poderes soberanos, por conceber este espaço marítimo como parte do Alto Mar, tendo aplicação o artigo 89.º CDUNM que impede a subordinação de partes do Alto Mar à soberania dos

⁵ Ver ARMANDO M. MARQUES GUEDES, *Direito...*, pp. 115-117, *Derecho Internacional Marítimo: La III Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar*, Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1996, p. 320 e SARAH WOLF, “Territorial Sea” in *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*, disponível <http://opil.ouplaw.com/>, p. 2

⁶ O conceito de “passagem inofensiva” encontra-se desenvolvido na Subsecção A da Secção 3 da Parte II da CNDUM

⁷ Sobre a autoridade do Estado costeiro, ver LINDSY S. JOHNSON, *Coastal State Regulation of International Shipping*, Dobbs Ferry, Oceana, 2004, p. 73; e FRANCISCO NORONHA, *O ordenamento do espaço marítimo : para o corte com uma visão terrestremente centrada do ordenamento do território*, Coimbra, Almedina, 2014, pp. 52-54

⁸ Ver MANUEL TRIGO CHICÓN, *Derecho...*, 334-335 e HUGO CAMINOS, “Contiguous Zone” in *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*, disponível <http://opil.ouplaw.com/>, pp. 2 e 3

⁹ Ver LINDY S. JOHNSON, *Coastal...*, p. 91

Estados¹⁰. Por sua vez, FRANCISCO NORONHA considera que os poderes exercidos pelos Estados costeiros neste espaço marítimo não são verdadeiros poderes de soberania, mas somente de poderes de jurisdição e de fiscalização relativos a matérias específicas, devendo ser articulados com os poderes específicos previstos para a ZEE e para a plataforma continental¹¹.

4. Zona Económica Exclusiva

Segundo o artigo 57.º da CNUDM, a ZEE estende-se até um limite de 200 milhas marítimas, encontrando-se além e adjacente ao mar territorial. A existência da Zona Económica Exclusiva é facultativa, considerando-se que deve existir uma declaração expressa do Estado a reivindicá-la¹².

De acordo com FERNANDO LOUREIRO BASTOS, a ZEE é parte do alto mar, devendo ser harmonizados os poderes do Estado costeiro e os poderes reconhecidos aos terceiros Estados¹³. Tendo sido criada num espaço anteriormente sem restrições, existe potencial para uma colisão de interesses.

Nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 56.º da CNUDM, na ZEE, o Estado costeiro tem “direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo e no que se refere a outras atividades com vista à exploração e aproveitamento da zona para fins económicos, como a produção de energia a partir da água, das correntes e dos ventos”. Desta forma, são estabelecidos “direitos soberanos” sobre os recursos naturais e a exploração económica do espaço¹⁴.

Os referidos direitos de soberania encontram-se sujeitos a dois limites. Em primeiro lugar, a uma fixação do volume das capturas permitidas, baseada em fatores ecológicos e económicos, nos termos dos artigos 61.º e 62.º da CNUDM. Em segundo lugar, pelo direito aos terceiros Estados de acesso aos excedentes das espécies de peixe não capturados¹⁵.

¹⁰ Cfr. ARMANDO M. MARQUES GUEDES, *Direito...*, pp. 139-140

¹¹ Cfr. FRANCISCO NORONHA, *O Ordenamento...*, p. 54

¹² Sobre a ZEE, ver DONALD R. ROTHWELL e TIM STEPHENS, *The International...*, p. 85 e DAVID ATTARD, *The Exclusive Economic Zone in International Law*, Oxford, Clarendon, 1987, pp. 56-61

¹³ Cfr. FERNANDO LOUREIRO BASTOS, *O Direito...*, p. 22

¹⁴ Ver LINDY S. JOHNSON, *Coastal...*, pp. 91-99

¹⁵ Ver FERNANDO LOUREIRO BASTOS, *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos: contributo para a compreensão do regime jurídico-internacional do aproveitamento conjunto de petróleo*

Quanto à natureza jurídica dos poderes exercidos na ZEE, DONALD R. ROTHWELL, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 56.º, considera que se tratam de direitos soberanos para o propósito de exploração, conservação e gestão dos recursos vivos e não-vivos da coluna de água, fundo do mar e subsolo¹⁶. Por sua vez, ARMANDO M. MARQUES GUEDES considera que se tratam de direitos de fruição da energia e dos produtos e recursos do espaço, sendo qualificados como soberanos para acentuar o carácter exclusivo, ou pelo menos parcial e prioritário da reserva que estabelecem¹⁷.

A alínea b) do n.º 1 do mesmo artigo acrescenta que são estabelecidos poderes de jurisdição relativamente à colocação e utilização de ilhas artificiais, instalações e estruturas, investigação científica marinha, e proteção e preservação do meio marinho.

Na opinião de FERNANDO LOUREIRO BASTOS, não existe uma diferença substancial entre as categorias previstas no artigo 56.º, na medida em que ambas consagram poderes circunscritos a atividades específicas¹⁸.

O regime da ZEE tem um cariz híbrido, pois, por um lado, apresenta semelhanças com o regime do mar territorial, relativamente aos poderes do Estado costeiro sobre os recursos e, por outro lado, apresenta semelhanças com o regime do alto mar, relativamente aos fins de comunicação e navegação¹⁹.

5. Plataforma Continental

De um ponto de vista físico, a plataforma continental corresponde à planície submersa adjacente ao território dos Estados, com uma profundidade média de 200 metros, inclinando-se gradualmente até atingir o fundo do oceano²⁰.

De um ponto de vista jurídico, o artigo 76.º da CNUDM define a “plataforma continental” do Estado costeiro como compreendendo “... o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do

e de gás natural nas plataformas continentais, do potencial aproveitamento de recursos minerais na Área, da pesca no alto mar e os efeitos da regulamentação convencional respectiva em relação a terceiros Estados, Lisboa, AAFDL, 2005, pp. 312-314 e DAVID ATTARD, *The Exclusive...*, p. 48

¹⁶ Cfr. DONALD R. ROTHWELL / TIM STEPHENS, *The International...*, pp. 82-83

¹⁷ Ver ARMANDO M. MARQUES GUEDES, *Direito...*, pp. 157-159

¹⁸ Ver FERNANDO LOUREIRO BASTOS, *O Direito...*, p.23

¹⁹ Para mais detalhes sobre o cariz híbrido da ZEE, ver DONALD R. ROTHWELL / TIM STEPHENS, *The International...*, p. 84, ARMANDO M. MARQUES GUEDES, *Direito...*, pp. 151-153 e MANUEL TRIGO CHICÓN, *Derecho...*, p. 348

²⁰ Ver MARISA CAETANO FERRÃO, *A Delimitação da Plataforma Continental Além das 200 Milhas Marítimas*, Lisboa, AAFDL, 2009, pp. 31-32

prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância”. A atribuição deste espaço marítimo até ao seu limite máximo é independente de qualquer reivindicação²¹.

Cumpridos determinados critérios de cariz geomorfológico, o Estado costeiro pode apresentar uma submissão à Comissão de Limites da Plataforma Continental para o reconhecimento de uma plataforma continental estendida além das 200 milhas marítimas²².

Nos termos do artigo 77.º da CNUDM, os poderes exercidos na plataforma continental são direitos de soberania, exclusivos e dominiais, sobre o solo e o subsolo, visando a exploração dos recursos naturais²³. Quanto à plataforma continental situada para além das 200 milhas marítimas, segundo MARISA CAETANO FERRÃO continuam a ser direitos de soberania, não se distinguindo dos outros casos²⁴. Enquanto ARMANDO M. MARQUES GUEDES defende que continuam a ser direitos de soberania, mas com uma maior limitação²⁵.

O Estado costeiro tem também poderes/deveres relativos à prevenção, redução e controlo da poluição e poderes em relação à regulação da investigação científica marinha²⁶.

SECÇÃO 2 - ESPAÇOS MARÍTIMOS FORA DE JURISDIÇÃO NACIONAL

1. Área

A “Área” é uma inovação da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, sendo que, de acordo com o n.º1 do artigo 1.º da CNUDM, a “Área significa o leito do mar, os fundos marinhos e o seu subsolo além dos limites da jurisdição nacional”.

²¹ Ver FERNANDO LOUREIRO BASTOS, *A Internacionalização...*, p. 281, ARMANDO M. MARQUES GUEDES, *Direito...*, pp. 184-185

²² Para mais detalhes, ver FERNANDO LOUREIRO BASTOS, *O Direito...*, pp. 25 e 26, ARMANDO M. MARQUES GUEDES, *Direito...*, pp. 186-190 e DONALD R. ROTHWELL / TIM STEPHENS, *The International...*, p. 99

²³ Ver MANUEL TRIGO CHICÓN, *Derecho...*, p. 360; FRANCISCO NORONHA, *O Contorno...*, pp. 57 e 58

²⁴ Cfr. MARIA CAETANO FERRÃO, *A Delimitação...*, pp. 55-57

²⁵ Cfr. ARMANDO M. MARQUES GUEDES, *Direito...*, pp. 192 e 193

²⁶ Ver MARIA CAETANO FERRÃO, *A Delimitação...*, pp. 60-65

A delimitação da Área necessita da fixação do seu limite exterior com os limites das plataformas continentais, recorrendo-se ao expediente da exclusão de partes. Tendo em consideração que os Estados costeiros não estão obrigados a reivindicar a sua plataforma continental, os limites da Área podem ser problemáticos de aferir²⁷.

A Área é um espaço marítimo internacionalizado, sendo que, nos termos do artigo 136.º da CNUDM, o seu espaço e os seus recursos consideram-se Património Comum da Humanidade. Os recursos minerais existentes na Área estão sujeitos a um aproveitamento internacional, visando uma distribuição equitativa pela Humanidade.

Não obstante de os poderes exercidos serem reconhecidos como da Humanidade, nos termos do n.º 1 do artigo 157.º da CNUDM, a organização e controlo das atividades na Área, incluindo a gestão dos recursos, é efetuado pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. Segundo o disposto no artigo 153.º da CNUDM, as atividades de exploração podem ser realizadas diretamente pela ISA, através do intermédio da Empresa, ou podem ser realizadas em associação entre a Autoridade e outras entidades de natureza estadual, empresarial ou individual sob a forma singular ou coletiva²⁸.

2. Alto Mar

Nos termos do artigo 86.º da CNUDM, o “alto mar” é atualmente definido por um método de exclusão de partes, enquadrando o espaço marítimo onde os Estados costeiros não exercem soberania²⁹.

Os poderes exercidos no alto mar são configurados como liberdades, as apeladas, “Liberdades do Alto Mar”. Segundo o n.º 1 do artigo 87.º da CNUDM, estas liberdades incluem a liberdade de navegação, a liberdade de colocar cabos e dutos submarinos, a liberdade de construir ilhas artificiais e outras instalações permitidas pelo direito internacional, liberdade de pesca, e liberdade de investigação científica. O n.º 2 do mesmo artigo acrescenta que tais liberdades devem ser exercidas por todos os Estados, tendo em devida conta os interesses de outros Estados no seu exercício da liberdade do alto mar, bem como os direitos relativos às atividades na Área.

²⁷ Ver FERNANDO LOUREIRO BASTOS, *A Internacionalização...*, pp. 338-340; TIAGO VINICIUS ZANELLA, *Curso de Direito do Mar*, Curitiba, Juruá, 2013, pp. 314 e 315

²⁸ Para uma explicação mais detalhada da administração da Área pela ISA, ver PAULO OTERO, *A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos: Análise Estrutural e Natureza Jurídica*, Lisboa, AAFDL, 1998, pp. 87-95

²⁹ Sobre o alto mar, ver ARMANDO M. MARQUES GUEDES, *Direito...*, pp. 241 e 242 e DUARTE LYNCE DE FARIA, *A Jurisdição e a Delimitação dos Espaços Marítimos em Portugal: Do Rio Minho às Ilhas Selvagens, na Golada do Guadiana e no Mar de Timor*, Lisboa, AAFDL, 2002, pp. 52 e 53

No entanto, importa ter em atenção que o alto mar tem vindo a ser submetido a uma crescente regulação legal, através de tratados especializados em matéria de biodiversidade, pesca, conservação das espécies, segurança da navegação e segurança marítima³⁰.

TÍTULO II - AMEAÇAS AO MEIO MARINHO FORA DE JURIDIÇÃO NACIONAL

1. Pesca

Devido a uma atividade pesqueira que não toma em atenção o tempo necessário para a reprodução das espécies e renovação das unidades populacionais dentro de limites biológicos seguros, diversas espécies encontram-se em estado de sobreexploração³¹. A modificação das unidades populacionais também podem provocar desequilíbrios nos ecossistemas marinhos devido a alterações na cadeia alimentar. Para além disso, uma grande proporção do peixe capturado é descartada, tratando-se de “apanha accidental”³².

A CNUDM não proíbe explicitamente nenhuma arte de pesca no alto mar. As redes de emalhar de deriva que indiscriminadamente capturam espécies acessórias, incluindo golfinhos e tartarugas, são altamente preocupantes. A pesca de arrasto pelo fundo, prejudicial a diversos ecossistemas marinhos vulneráveis, incluindo montes submarinos e fontes hidrotermais, são outra fonte de preocupação.

Na sequência da preocupação com a utilização de redes de emalhar, a Assembleia Geral da ONU aprovou, em 1989, uma resolução a exortar ao fim da pesca com redes de emalhar de deriva no Oceano Pacífico Sul e uma posterior moratória global³³. A moratória foi reafirmada em subseqüentes resoluções e, até 2002, sujeita a relatórios do Secretário-Geral da ONU a sumariar as iniciativas tomadas pelos

³⁰ Ver DONALD R. ROTHWELL / TIM STEPHENS, *The International...*, p. 146

³¹ Nesse sentido, ver MARTA CHANTAL DA CUNHA MACHADO RIBEIRO, A proteção da biodiversidade marinha através de áreas protegidas nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição do Estado: discussões e soluções jurídicas contemporâneas: o caso português, Coimbra, Coimbra Editora, 2013

³² Ver NELSON FERNANDO COELHO, “A Proteção do Ambiente Marinho – Prolegómenos Jusinternacionalistas a uma Resposta Europeia”, in *Debater a Europa*, N.º 10, CIEDA e CEIS20, 2014, p. 30

³³ Cfr. Resolução da ONU A/RES/44/225 (1989)

Estados³⁴. Na opinião de DONALD R. ROHTWELL e TIM STEPHENS, o abrangente apoio recebido pelas resoluções e os elevados níveis de observância estabeleceram uma regra vinculativa de direito costumeiro internacional³⁵.

Em 1993, a Conferência da FAO aprovou o Acordo para a Promoção do Cumprimento das Medidas Internacionais de Conservação e de Gestão pelos Navios de Pesca no Alto Mar, tendo entrado em vigor em 2003. O acordo visa melhorar a regulação dos navios de pesca em alto mar, através de um reforço das obrigações dos Estados de bandeira³⁶.

2. Tráfego Marítimo

O mais destacado impacto do tráfego marítimo é a ação do petróleo, podendo ocorrendo derrames acidentais ou despejos por operações de rotina. Importa também destacar impactos físicos do tráfego marítimo, tais como colisões com mamíferos marinhos, tartarugas marinhas e outros animais, bem como poluição sonora³⁷.

3. Espécies Invasoras

A introdução de espécies exóticas pode ocorrer acidentalmente através das águas de lastro nas embarcações e sedimentos conexos. Outras causas são as fugas de tanques de aquicultura, a utilização de artes de pesca em diversas zonas marítimas, a colocação de estrutura submersas, a investigação marinha e a poluição. Por outro lado, também podem ocorrer a introdução voluntária de espécies no âmbito de projetos específicos, nomeadamente de âmbito comercial.

As espécies exóticas podem eventualmente tornar-se espécies invasoras, competindo com as espécies nativas e multiplicando-se até proporções de peste.

4. Poluição de Origem Telúrica

O meio marinho encontra-se altamente poluído devido a descargas de efluentes e resíduos sólidos, resultantes de diversos processos industriais e agrícolas, incluindo a infiltração de fertilizantes, bem como de utilizações profissionais e domésticas. O

³⁴ Cfr. Documento da ONU A/57/57 (2002)

³⁵ Cfr. DONALD R. ROTHWELL / TIM STEPHENS, *The International...*, p. 338

³⁶ Idem, p. 339

³⁷ Ver GJERDE, KRISTINE M. e ANNA RULSKA-DOMINO, “Marine Protected Areas beyond National Jurisdiction: Some Practical Perspectives for Moving Ahead”, in *The International Journal of Marine and Coastal Law*, Vol. 27, IUCN – The International Union for Conservation of Nature, Martinus Nijhoff Publishers, 2012, pp. 364 e 365

despejo de substâncias perigosas, nutrientes excessivos e detritos persistentes também são causas de preocupação. A poluição pode levar à infecção bacteriana de organismos naturalmente presentes na água, contaminando, conseqüentemente, peixes, invertebrados e humanos.

A fertilização excessiva leva à proliferação das algas, alterando ou destruindo o ecossistema aquático. Por sua vez, a decomposição bacteriana das algas consome elevados níveis de oxigênio, sobrando uma menor quantidade para a fauna.

Diversos poluentes de pequena dimensão, incluindo metais pesados, provocam contaminações nos organismos vivos, nomeadamente o aparecimento de certos tumores. Por outro lado, os poluentes de grande dimensão provocam modificações físicas do meio marinho³⁸.

5. Exploração Mineira do Fundo Marinho

A prospeção e exploração de recursos minerais no fundo marinho pode provocar perturbações nos ecossistemas, bem como efeitos ambientais duradouros, generalizados e significativos, incluindo a destruição de comunidades associadas³⁹.

6. Alterações climáticas

O papel crucial dos oceanos na regeneração de oxigênio, através da absorção de dióxido de carbono da atmosfera, bem como na regulação do clima e da temperatura encontra-se em perigo devido às presentes alterações climáticas.

As alterações climáticas podem ter uma larga gama de efeitos nos ecossistemas marinhos, provocando alterações na sua estrutura e funcionamento, incluindo a acidificação oceânica. Estes efeitos vão-se traduzindo em irremediáveis perdas de diversidade biológica⁴⁰.

³⁸ Ver NELSON FERNANDO COELHO, “A Proteção...”, p. 32

³⁹ Nesse sentido, ver KRISTINE M. GJERDE e ANNA RULSKA-DOMINO, “Marine Protected...”, p. 366

⁴⁰ Ver YOSHIFUMI TANAKA, *The International Law of the Sea*, 2.^a Edição, Cambridge, Cambridge University Press, 2015

TÍTULO III - DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS⁴¹

1. Período de Impulso Nacional (1935-1968)

A criação, em 1935, da primeira área protegida no espaço marinho é habitualmente atribuída aos EUA, no Fort Jefferson National Monument na Flórida, caracterizando-se por uma combinação de espaço marinho com espaço terrestre. Ao longo da década de trinta, outras áreas protegidas mistas foram criadas nos EUA, na Austrália e nos territórios antárticos franceses. Em 1963, a França criou a primeira AMP na Europa, o Parc National de Port-Cros no Mar Mediterrâneo.

A designação nacional de AMPs foi inicialmente caracterizado por questões pragmáticas, sem preocupações de construção teórica, sendo posteriormente influenciada pelo pensamento ecologista iniciado nos EUA. A nível internacional, destaca-se a adoção de convenções de cooperação visando a continuidade dos recursos marinhos⁴².

Em 1948, a *International Union for the Protection of Nature* foi criada, sendo renomeada em 1956 como *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources* (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais), origem da sigla IUCN.

A IUCN é composta por entidades governamentais e de sociedade civil⁴³, promovendo iniciativas de carácter científico de âmbito global para proteger a integridade e diversidade da natureza, bem como o desenvolvimento conjunto da economia e da conservação da natureza. Em 1962, a IUCN realizou em Seattle, EUA, a Primeira Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, marcando o ponto de partida do apelo internacional à criação de AMPs⁴⁴.

2. Período das Conferências Mundiais (1968-1992)

Em 1968, a UNESCO organizou a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para o Uso Racional e a Conservação dos

⁴¹ Importa notar que seguimos o enquadramento histórico proposto por MARTA CHANTAL RIBEIRO, cfr. MARCHA CHANTAL DA CUNHA MACHADO RIBEIRO, *A Proteção...*, pp. 224-268

⁴² Idem, pp. 224-229

⁴³ A IUCN engloba mais de 1300 membros, incluindo o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) por Portugal

⁴⁴ Sobre esta questão, ver MARCHA CHANTAL DA CUNHA MACHADO RIBEIRO, *A Proteção...*, p. 232

Recursos da Biosfera, mais conhecida como a Conferência sobre a Biosfera. A Conferência sobre a Biosfera foi a primeira conferência intergovernamental a conciliar a noção de conservação e a utilização dos recursos naturais, antecessora da noção de desenvolvimento sustentável.

Na sequência da conferência, em 1970, foi lançado oficialmente o Programa “O Homem a Biosfera” com o propósito de criar uma rede internacional de novas áreas protegidas, as reservas da biosfera, representativas dos ecossistemas e com uma dimensão humana de proteção e utilização dos recursos do planeta enquadrados num desenvolvimento racional e sustentável⁴⁵.

Em 1975, a IUCN realiza em Tóquio, Japão, a primeira conferência internacional sobre AMPs, a Conferência Internacional sobre Parques e Reservas Marinhas. Na conferência foram discutidos e delineados critérios e orientações para tipologia, criação e gestão de AMPs, sendo que o relatório final da conferência enfatiza a pressão constante das atividades humanas no meio marinho e exorta à criação de um sistema de AMPs. Em 1982, a Comissão dos Parques Naturais Nacionais e Áreas Protegidas da IUCN iria organizar um conjunto de seminários sobre a criação e gestão de áreas protegidas costeiras e marinhas⁴⁶.

Em 1974, o PNUA lançou o Programa dos Mares Regionais que visava, através de uma abordagem regional e com objetivo global, prevenir e controlar a poluição marinha, mas cuja ação se estendeu à proteção de espécies e ecossistemas marinhos. No seu âmbito, em várias regiões do globo foram concluídas diversas convenções internacionais, culminando na criação de alguns regimes jurídicos específicos para AMPs⁴⁷.

Importa referir que, a nível internacional, iriam começar a desenvolver-se diversos regimes internacionais *suis generis* de governança do espaço marítimo e de AMPs.

3. Período da Regulamentação Internacional (1992-)

De 3 a 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, teve lugar a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, intitulada de “Cimeira da

⁴⁵ Ver Idem, p. 242

⁴⁶ Idem, p. 248

⁴⁷ Idem, p. 252

Terra”, plano de ação da conferência, a Agenda 21, veio encorajar a criação e AMPs. Por outro lado, deu-se a adoção e abertura à assinatura, em 5 de junho, da CDB.

No ponto 17.1 da Agenda 21 é assumido de forma categórica que a CNUDM “estabelece os direitos e as obrigações dos Estados e proporciona a base internacional em que se fundamentam a proteção e o desenvolvimento sustentável do meio marinho e costeiro e seus recursos”⁴⁸. A Agenda 21 promoveu novas abordagens a gestão oceânica, incluindo uma abordagem de precaução e antecipatória, tendo igualmente salientado a importância de proteger e recuperar espécies marinhas ameaçadas e de preservar habitats e outras áreas ecologicamente sensíveis no alto mar e nas áreas sob jurisdição nacional⁴⁹.

A conferência iria resultar na adoção, em 4 de agosto de 1995, em Nova Iorque, EUA, do Acordo Relativo à Aplicação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de Dezembro de 1992, Respeitantes à Conservação e Gestão das Populações de Peixes Transzonais e das Populações de Peixes Altamente Migradores⁵⁰. Este acordo clarificou e modernizou os princípios e deveres sob a CNUDM relativamente às unidades populacionais de peixes transzonais e altamente migradores ao incorporar a necessidade de avaliar os impactos da pesca, de evitar ou minimizar estes impactos, de proteger a biodiversidade e de aplicar o princípio da precaução⁵¹.

Em Joanesburgo, África do Sul, entre 26 de agosto e 4 de setembro de 2002, teve lugar a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável. O Plano de Implementação da Cimeira confirma a necessidade de promover a conservação e gestão do oceano e de manter a produtividade e biodiversidade das áreas marinhas e costeiros vulneráveis, incluindo as áreas sob e fora de jurisdição nacional. O Plano de Implementação exorta igualmente os Estados a desenvolver e facilitar o uso de abordagens e instrumentos diversos, particularmente o estabelecimento de redes

⁴⁸ Idem, p. 527

⁴⁹ Ver TULLIO SCOVAZZI, “Marine protected areas in waters beyond national jurisdiction”, in *30 anos da assinatura da convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar: proteção do ambiente e o futuro do direito do mar: actas da conferência internacional*, coord. Marta Chantal da Cunha Ribeiro, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, p. 213

⁵⁰ Aprovado em Portugal pelo Decreto n.º 2/2001, de 26 de janeiro

⁵¹ Ver GJERDE, KRISTINE M. e ANNA RULSKA-DOMINO, “Marine...”, p. 352

representativas de AMPs até 2012 e a definição de limites de tempo/encerramento de áreas para a proteção dos períodos de descanso biológico^{52, 53}.

TÍTULO IV - CONCEITO DE ÁREA MARINHA PROTEGIDA

1. Elementos do Conceito de Área Marinha Protegida

As AMPs consistem numa área num espaço marítimo com fronteiras delimitadas que recebe uma proteção legal especial devido a um significado específico, podendo este ser ecológico, biológico, científico, histórico, educacional, recreativo ou outro⁵⁴.

As AMPs são um instrumento bastante flexível, podendo limitar-se às medidas de proteção necessárias para atingir os objetivos propostos, sem afetar desnecessariamente outras atividades que podem ser exercidas de um modo sustentável. Este instrumento enquadra-se num conceito mais abrangente de ordenamento do espaço marinho, interligado aos conceitos de desenvolvimento sustentável e do princípio da precaução⁵⁵.

Na prática, o conceito de AMP é utilizado para caraterizar um conjunto alargado de situações, distinguindo-se o conceito em sentido amplo e em sentido estrito. As AMPs em sentido estrito são as designadas para a proteção da biodiversidade marinha, não obstante de outros objetivos complementares poderem estar associados, tratando-se de “AMPs multissetoriais”.

Por outro lado, as AMPs em sentido amplo englobam também áreas associadas a atividades humanas particulares, cujo objetivo principal não é a proteção ambiental, tratando-se de “AMPs setoriais”, como por exemplo reservas de pesca ou zonas de encerramento de pescarias, santuários de mamíferos marinhos, áreas elaboradas para a

⁵² Cfr. Alínea c) do parágrafo 31 do Plano de Implementação da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável.

⁵³ Ver TULLIO SCOVAZZI, “Marine Protected Areas on the High Seas: Some Legal and Policy Considerations” in *The International Journal of Marine and Coastal Law*, Volume 19, N.º 1, Leiden, Koninklijke Brill NV, 2004, pp. 2 e 3, GJERDE, KRISTINE M. e ANNA RULSKA-DOMINO, “Marine...”, p. 353 e TULLIO SCOVAZZI, “Marine protected areas in waters...”, p. 213

⁵⁴ Ver NELSON FERNANDO COELHO, “A Proteção...”, p. 38

⁵⁵ Ver TULLIO SCOVAZZI, “The conservation and sustainable use of marine biodiversity, including genetic resources, in areas beyond national jurisdiction: a legal perspective”, 2015, disponível em http://www.un.org/Depts/los/consultative_process/ICP12_Presentations/Scovazzi_Presentation.pdf, pp. 13-17

prevenção de impactos causados pelo tráfego marítimo, áreas para a proteção de património cultural, áreas associadas às atividades mineiras da Área, entre outras⁵⁶.

2. Definições Propostas

Embora não se refira estritamente ao conceito marinho, importa salientar definição proposta pela Convenção sobre a Diversidade Biológica no seu artigo 2.º, segundo o qual “«área protegida» significa uma área geograficamente definida que tenha sido designada ou regulamentada e gerida para alcançar objectivos específicos de conservação”.

No âmbito da doutrina nacional, destaca-se o conceito proposto por MARTA CHANTAL DA CUNHA MACHADO RIBEIRO, num sentido estrito, definindo a AMP como “uma figura jurídica a que subjaz um regime protetor especial concedido a uma área delimitada em qualquer espaço jurídico do meio marinho, estendendo-se este até ao limite da máxima preia-mar por ocasião das marés vivas equinociais e ao qual pode estar acessoriamente vinculado o meio terrestre adjacente, sendo a área objeto de designação formal e gerida com vista à proteção da diversidade biológica, bem como a prosseguir outras finalidades complementares”⁵⁷.

A nível global, as definições com maior influência são as propostas pela IUCN, tendo as suas orientações em 1999, na sequência de resoluções anteriores da sua Assembleia Geral, definido uma AMP como “qualquer área de terreno intertidal ou subtidal, juntamente com a água suprajacente e flora, fauna, características históricas e culturais associadas, que tenha sido reservada por lei ou outros meios efetivos para proteger parte ou toda o ambiente delimitado”⁵⁸.

Nas suas orientações de 2008 para a aplicação de categorias de gestão de áreas protegidas, a IUCN propõe a seguinte definição de área protegida, “um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, através de meios legais

⁵⁶ Ver MARTA CHANTAL RIBEIRO, “Marine protected areas: the case of the extended continental shelf” in *30 anos da assinatura da convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar: proteção do ambiente e o futuro do direito do mar: actas da conferência internacional*, coord. Marta Chantal da Cunha Ribeiro, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, p. 186

⁵⁷ Cfr. MARTA CHANTAL DA CUNHA MACHADO RIBEIRO, *A Proteção...*, p. 219

⁵⁸ Tradução livre nossa, no original: “any area of intertidal or subtidal terrain, together with its overlying water and associated flora, fauna, historical and cultural features, which has been reserved by law or other effective means to protect part or all of the enclosed environment”, cfr. GRAEME KELLEHER, *Guidelines for Marine Protected Areas*, Gland, Switzerland and Cambridge, UK, IUCN, 1999, p. 6

ou outros meios efetivos, para atingir a conservação da natureza a longo prazo com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados”⁵⁹.

TÍTULO V - BASE LEGAL NA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR

1. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

A Convenção da Nações Unidas sobre o Direito do Mar, assinada em 1982, em Montego Bay, Jamaica, com entrada em vigor em 16 de novembro de 1994, habitualmente apelidada de “Constituição para os Oceanos”, enquadra o Direito Internacional do Mar, incluindo a governança das atividades humanas nos oceanos, contando com 168 ratificações⁶⁰, sendo a generalidade das suas disposições reconhecidas como direito internacional costumeiro.

Da Parte XII da CNUDM com a epígrafe “proteção e preservação do meio marinho”, consta, no seu artigo 192.º, uma obrigação geral para os Estados de “proteger e preservar o meio marinho”, sendo que o artigo 193.º acrescenta que o aproveitamento dos recursos naturais pelos Estados deve ser “de acordo com a sua política em matéria de meio ambiente e de conformidade com o seu dever de proteger e preservar o meio marinho”, cristalizando, pela primeira vez, uma obrigação inequívoca sob forma legalmente vinculativa para todos os Estados de proteger e preservar o meio marinho.

Assim, a CNUDM, particularmente a sua Parte XII, consolida uma alteração axiológica-normativa do Direito Internacional do Mar, regulando os oceanos numa conceção holística, enfatizando os deveres dos Estados na proteção do meio marinho e o cariz finito dos recursos marinhos, em vez de um mero foco nos direitos soberanos de aproveitamento dos recursos e nas liberdades do mar⁶¹.

⁵⁹ Tradução livre nossa, no original: A clearly defined geographical space, recognised, dedicated and managed, through legal or other effective means, to achieve the long-term conservation of nature with associated ecosystem services and cultural values”, cfr. NIGEL DUDLEY, *Guidelines for Applying Protected Area Management Categories*, Gland, Switzerland, IUCN, 2008, p. 8

⁶⁰ Portugal depositou o instrumento de ratificação em 3 de novembro de 1997, tendo a Convenção entrado em vigor no ordenamento jurídico nacional 30 dias depois, ver Resolução da Assembleia da República, n.º 60-B/97, de 14 de outubro, o Decreto do Presidente da República n.º 67-A/97, de 14 de outubro, e o Aviso n.º 81/98, de 21 de abril. Todos os Estados-membros da EU, bem como a própria UE, são partes da CNUDM.

⁶¹ Nesse sentido, ver NELSON FERNANDO COELHO, “A Proteção...”, p. 25 e ANTÓNIO CORTÊS e ARMANDO ROCHA, “O princípio da proteção do ambiente marinho na ordem jurídica global”, in

Nos seus artigos 194.º a 196.º, a CNUDM engloba todas as fontes de poluição, exortando os Estados a tomar as medidas necessárias para prevenir, reduzir e controlar a poluição do meio marinho, incluindo de fonte terrestre, da atmosfera, do tráfego marítimo, de descargas, da exploração ou aproveitamento dos recursos naturais do leito do mar e do seu subsolo, de instalações ou outros dispositivos, de tecnologias, e de espécies invasoras, estabelecendo também o dever de não transferir danos ou riscos ou de não transformar um tipo de poluição em outro.

Importa destacar o n.º 5 do artigo 194.º que dispõe que “as medidas tomadas de conformidade com a presente parte devem incluir as necessárias para proteger e preservar os ecossistemas raros ou frágeis, bem como o habitat de espécies e outras formas de vida marinha em vias de extinção, ameaçadas ou em perigo”, sublinhando a necessidade de proteção da biodiversidade marinha e não distinguindo entre espaços marítimos sob e fora de jurisdição nacional⁶².

Para além disso, a CNUDM, no seu artigo 197.º, estabelece um dever de cooperação no plano mundial e no plano regional, podendo ler-se “os Estados devem cooperar no plano mundial e, quando apropriado, no plano regional, diretamente ou por intermédio de organizações internacionais competentes, na formulação e elaboração de regras e normas, bem como práticas e procedimentos recomendados de carácter internacional que sejam compatíveis com a presente Convenção, para a proteção e preservação do meio marinho, tendo em conta as características próprias de cada região”, suplementado por artigos mais específicos referentes aos diferentes tipos de poluição nos artigos 207.º a 212.º.

2. Críticas ao Regime Legal

No entanto, tendo em consideração que a CNUDM foi negociada na década de 70, um período em que a principal preocupação ambiental era a poluição, as disposições não tomam plenamente em conta os impactos das alterações climática, nem os ecossistemas de profundidade marinhos vulneráveis.

Direito do Mar: Novas Perspetivas, coord. Maria da Glória Garcia, António Cortês, Armando Rocha, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2016, p. 50

⁶² Ver SABINE CHRISTIANSEN, “High Seas MPAs: regional approaches and experiences”, background document for the side event at the 12th UNEP Global Meeting of the Regional Seas Convention and Action Plans, WWF Germany, 2010, p. 4

A doutrina também critica a as soluções organizativas da CNUDM, uma vez que relega a autoridade para atividades específicas num leque de organizações setoriais, resultando numa gestão fragmentada em que os interesses setoriais se sobrepõe a uma gestão compreensiva. A divisão dos espaços marítimos, particularmente a divisão da coluna de água do alto mar e do fundo marinho, dificulta igualmente uma gestão integrada.

Do mesmo modo, a atual gestão do alto mar encontra-se fragmentada em diversas organizações e acordos regionais, encontrando-se bastante incompleta, uma vez que apenas 4 dos 18 Programas dos Mares Regionais cobrem áreas fora de jurisdição nacional. Para além disso, tendo em consideração que os acordos regionais apenas se aplicam aos Estados participantes, existe um constante risco de ineficácia devido à potencial atuação de terceiras partes.

Finalmente, a execução das leis ambientais marinhas no alto mar encontram-se dependentes da atuação do Estado de pavilhão, sendo que a CNUDM não contempla soluções para o surgimento de países que oferecem a sua bandeira, mas sem a capacidade ou a vontade para aplicar os padrões internacionais mínimos⁶³.

TÍTULO VI - FÓRUNS INTERNACIONAIS

SECÇÃO 1 - CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA

1. Adoção e Princípios

Adotada na sequência da Cimeira da Terra, a Convenção sobre a Diversidade Biológica, adotada em 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, com entrada em vigor em 29 de dezembro de 1993, atualmente com 196 Partes⁶⁴, proporciona o enquadramento legal global para a conservação da diversidade biológica, tendo proporcionado a base do

⁶³ Quanto às deficiências da CNUDM na implementação das regras ambientais, ver KRISTINE M. GJERDE, “Enhancing integrated management beyond national jurisdiction under the environmental provisions of the UN Convention on the Law of the Sea”, in *30 anos da assinatura da convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar: proteção do ambiente e o futuro do direito do mar: actas da conferência internacional*, coord. Marta Chantal da Cunha Ribeiro, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, pp. 447-450 e NATALIE C. BAN, et al., “Systematic Conservation Planning: A Better Recipe for Managing the High Seas for Biodiversity Conservation and Sustainable Use” in *Conservation Letters*, Volume 7, Issue 1 January/February 2014, Wiley Periodicals, 2014, pp. 42-44

⁶⁴ Portugal depositou o instrumento de ratificação em 21 de dezembro de 1993, ver Decreto n.º 21/93, de 21 de junho, e o Aviso n.º 143/94, de 7 de maio. Todos os Estados-membros da UE, bem como a própria UE, são partes da CDB.

desenvolvimento do Direito da Biodiversidade, a nível internacional, regional e nacional.

No seu artigo 2.º, a CDB define “diversidade biológica” como “a variabilidade entre os organismos vivos de todas as origens, incluindo, *inter alia*, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte; compreende a diversidade dentro de cada espécie, entre as espécies e os ecossistemas”, definindo igualmente “área protegida” como “uma área geograficamente definida que tenha sido designada ou regulamentada e gerida para alcançar objetivos específicos de conservação”.

No âmbito da alínea a) do artigo 4.º da CDB, o âmbito da aplicação geográfico da Convenção em relação a cada Parte Contratante restringe-se “no caso de componentes da diversidade biológica, em áreas situadas dentro dos limites da sua jurisdição nacional”, expressando a intenção das Partes Contratantes de subtrair do âmbito de aplicação os espaços marítimos fora de jurisdição nacional⁶⁵. Acrescentando a alínea b) do mesmo artigo que as disposições se aplicam igualmente em relação a cada Parte Contratante “no caso de processos e atividades realizadas sob a sua jurisdição ou controlo, e independentemente de onde se manifestem os seus efeitos, dentro ou fora dos limites da sua jurisdição nacional”.

Não obstante da definição de “diversidade biológica, da CDB não consta uma definição do termo “componentes da diversidade biológica”, sendo que a relevância das disposições da Convenção para áreas fora de jurisdição nacional depende das áreas protegidas e os recursos biológicos serem considerados ou não componentes da diversidade biológica. Tendo em consideração que, nos termos do Direito Internacional do Mar, os Estados individualmente não têm jurisdição sobre estes componentes, a CDB não se aplicaria a áreas fora de jurisdição nacional.

No entanto, atendendo ao disposto na alínea b) do artigo 4.º da CDB, as disposições da Convenção não são irrelevantes para as áreas fora de jurisdição nacional, uma vez que os Estados têm de aplicar os princípios gerais da CDB nos processos e atividades encetados sob a sua jurisdição ou controlo, significando, na prática, a tomada

⁶⁵ Nesse sentido, ver MARTA CHANTAL DA CUNHA MACHADO RIBEIRO, *A Proteção...*, p. 554

de medidas para controlar as ações dos seus nacionais e das embarcações que arvorem o seu pavilhão⁶⁶.

Para além disso, importa salientar o disposto no artigo 5.º da CDB que dispõe que “cada Parte Contratante deverá, na medida do possível e de acordo com o apropriado, cooperar diretamente com as outras Partes Contratantes, ou quanto apropriado, através das organizações internacionais competentes relativamente a áreas fora da sua jurisdição e em outras questões de interesse mútuo para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica”.

No seu artigo 8.º com a epígrafe “conservação *in situ*”, a CDB prevê diversos deveres para as Partes Contratantes, na medida do possível e conforme o apropriado, relativamente a AMPs, particularmente na alínea a) que estipula o dever de “estabelecer um sistema de áreas protegidas ou de áreas onde tenham de ser tomadas medidas especiais para a conservação da diversidade biológica”.

2. Rede Representativa de Áreas Marinhas Protegidas

Em 1995, a Conferência das Partes da CDB adotou o Mandato de Jacarta sobre Diversidade Marinha e Costeira, referente ao consenso global quanto à importância da biodiversidade marinha e costeira, e sob o qual as Partes deveriam estabelecer uma rede global de AMPs, com base nos sistemas regionais e nacionais, até 2012.

Não obstante da preocupação com áreas protegidas, não foi atribuída nenhuma atenção específica às AMPs em áreas fora de jurisdição nacional. A 9.ª Conferência das Partes da CDB, que teve lugar entre 19 de 30 de maio de 2008, em Bonn, Alemanha, adotou critérios científicos, conhecidos como os “critérios Açores”, para a identificação de Áreas Marinhas Ecologicamente ou Biologicamente Significativas (EBSAs) a necessitar de proteção, incluindo as áreas fora de jurisdição nacional⁶⁷, resultante de um processo iniciado em 2005⁶⁸.

A Conferência das Partes da CDB definiu sete critérios para a identificação de EBSAs, sendo estes: singularidade ou raridade; importância especial para os estados de

⁶⁶ Ver PETRA DRANKIER, “Marine Protected Areas in Areas beyond National Jurisdiction” in *The International Journal of Marine and Coastal Law* 27, Leiden, Martinus Nijhoff Publishers, 2012, p. 297 e STEPHEN HODGSON, *et al.*, *Towards a Possible International Agreement on Marine Biodiversity in Areas Beyond National Jurisdiction*, Brussels, European Parliament, 2014, p. 21

⁶⁷ Cfr. Decisão CBD COP 9 IX/20.

⁶⁸ Ver JEFF A. ARDRON, *et al.*, “The sustainable use and conservation of biodiversity in ABNJ: What can be achieved using existing international agreements?” in *Marine Policy*, Volume 49, Elsevier, p. 102

vida de espécies; importância para as espécies e/ou habitats ameaçados, em perigo de extinção ou em declínio; vulnerabilidade, fragilidade, sensibilidade ou recuperação lenta; produtividade biológica; diversidade biológica; naturalidade⁶⁹. A 9.ª Conferência das Partes definiu igualmente orientações científicas para a seleção de áreas para o estabelecimento de uma rede representativa de áreas marinhas protegidas, incluindo em habitats de águas oceânicas abertas e de profundidade⁷⁰.

A 10.ª Conferência das Partes da CDB, que teve lugar entre 18 e 29 de outubro de 2010, em Nagoia, Japão, adotou os “Objetivos de Biodiversidade Aichi”, atualizando o Plano Estratégico para a Biodiversidade da CDB⁷¹. Os Objetivos de Biodiversidade estabelecem objetivos específicos para o período entre 2011 e 2020, exortando ao estabelecimento de sistemas efetivos e equitativamente geridos, ecologicamente representativos e bem conectados de áreas protegidas e outras medidas de conservação efetivas por áreas em 10% das áreas costeiras e marinhos, particularmente nas áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos⁷².

SECÇÃO 2 - ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL

1. Convenção Instituidora da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental

A Convenção Instituidora da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental foi adotada em 1948, em Genebra, Suíça instituiu a OMI, a agência especializada da ONU responsável pela segurança e proteção do tráfego marítimo e a prevenção da poluição marinha por embarcações, contando atualmente com 172 Estados Membros e 3 Membros Associados⁷³.

Sob os auspícios da OMI, um leque alargado de instrumentos vinculativos e não vinculativos têm sido adotados com relevância direta ou indireta para a questão da poluição marinha, tendo estes um âmbito de aplicação global. Cada Estado de pavilhão tem a responsabilidade de adotar a legislação necessária para garantir o cumprimento

⁶⁹ Cfr. Anexo I da Decisão CBD COP 9 IX/29

⁷⁰ Cfr. Anexos II e III da Decisão CBD COP 9 IX/29

⁷¹ Cfr. Decisão CBD COP 10 X/2

⁷² Ver STEPHEN HODGSON, *et al.*, *Toward...*, pp. 22 e 23 e KRISTINE M. GJERDE e ANNA RULSKA-DOMINO, “Marine Protected...”, p. 359

⁷³ Portugal depositou o instrumento de ratificação em 17 de março de 1958, ver o Decreto n.º 117/76, de 9 de fevereiro, e o Aviso n.º 136, de 11 de junho. Todos os Estados-membros da EU são Estados Membros da OMI e a UE tem estatuto de observador.

dos padrões da OMI, sendo que apenas o Estado de pavilhão tem a competência para assegurar a observância das normas em áreas fora de jurisdição nacional⁷⁴.

2. Áreas Especiais MARPOL

Relativamente à questão das AMPs, dois instrumentos são de particular relevância. A Convenção MARPOL, adotada em 2 de novembro de 1973, com entrada em vigor em 17 de março de 1978⁷⁵, permite a designação de “Áreas Especiais” nas quais a adoção de métodos especiais obrigatórios para a prevenção da poluição é requerida, providenciando um maior nível de proteção e restrições às descargas por embarcações.

O segundo instrumento relevante são as Orientações para a Identificação de PSSAs⁷⁶. As PSSAs são definidas como áreas que requerem proteção especial através de ação da OMI devido ao seu significado por razões ecologicamente ou socioeconómicas ou científicas reconhecidas e que podem ser vulneráveis a danos ambientais de atividades marítimas. A identificação de uma PSSA implica o cumprimento de pelo menos um dos critérios ecológicos definidos nas orientações, nomeadamente, singularidade, elevada dependência, alta representatividade, diversidade, vulnerabilidade, entre outros.

A designação de uma PSSA não tem um significado legal por si, mas funciona como enquadramento para a adoção de medidas específicas previstas em outros instrumentos pré-existentes. A designação implica a identificação de pelo menos uma medida protetora associada, inclusivamente requisitos de informação, restrições a descargas, atividades proibidas e esquemas de separação de tráfego⁷⁷.

SECÇÃO 3 - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA

1. Instituição e Objetivos

A FAO é uma agência especializada da ONU fundada em 16 de outubro de 1945 com a assinatura da Constituição da Organização para a Alimentação e a Agricultura, na

⁷⁴ Ver STEPHEN HODGSON, *et al.*, *Toward...*, pp. 30 e 31

⁷⁵ A República Portuguesa é signatária da Convenção MARPOL, ver Decreto do Governo n.º 25/87, de 20 de julho, e Decreto n.º 1/2008, de 9 janeiro.

⁷⁶ Adotadas pela Resolução A.720(17) de 1991, revistas pela Resolução A.885(21) de 1999, pela Resolução A.927(22) de 2001, e pela Resolução 982(24) de 2005.

⁷⁷ Ver STEPHEN HODGSON, *et al.*, *Toward...*, pp. 31 e 32 e PETRA DRANKIER, “Marine Protected...”, pp. 299-302

cidade de Québec, Canadá. Atualmente, a FAO conta com 194 Nações Membro, incluindo Portugal⁷⁸ e a União Europeia.

O principal objetivo da FAO é liderar os esforços internacionais para eliminar a fome, incluindo tanto os países desenvolvidos como os países em desenvolvimento, de modo a assegurar segurança alimentar em todo o mundo, bem como o acesso regular a bens alimentares de alta qualidade. A FAO também se debruça sobre as questões de modernização de práticas agrícolas, florestais e de pesca, e sobre boa nutrição.

2. Ecossistemas Marinhos Vulneráveis

Na sequência de crescentes preocupações com os impactos adversos nos ecossistemas em alto mar das pescarias, em 8 de dezembro 2006, a Assembleia Geral da ONU adotou a sua Resolução 61/105, exortando os Estados a tomarem ação de imediato, individualmente ou através da ORGPs, e em coerência com a abordagem de precaução e a abordagem ecossistemática, para a gestão sustentável das unidades populacionais dos recursos haliêuticos e para a proteção dos Ecossistemas Marinhos Vulneráveis, incluindo montes submarinos, fontes hidrotermais e recifes de corais de águas frias, de práticas de pesca destrutivas, reconhecendo a imensa importância e valor dos ecossistemas de profundidade e da sua biodiversidade.

Para além disso, no seu parágrafo 83, a Resolução da Assembleia Geral da ONU, exorta as ORGPs com competência para a regulação de pescarias de profundidade a adotarem e a implementarem medidas nas suas áreas regulatórias até 31 de dezembro de 2008, incluindo a avaliação, com base na melhor informação científica disponível, dos impactos adversos significativos de atividades de pesca de profundidade individuais nos VMEs e a garantia da gestão para prevenir estes impactos ou a sua não autorização; a identificação de VMEs e dos impactos adversos, através de melhorias na investigação científica, de recolha e partilha de dados, e de pescarias novas e exploratórias; o encerramento de áreas de VMEs à pesca de profundidade e da adoção de medidas de conservação e de gestão efetivas para a prevenção de impactos adversos significativos; requisitos para os membros de ORGPs, de modo a que as embarcações que arvorem os seus pavilhões cessem atividades de pesca de profundidade em áreas em que VMEs sejam encontrados e reportem os encontros, permitindo a tomada de medidas apropriadas no local relevante. O parágrafo 86 da referida Resolução, exorta os Estados

⁷⁸ Portugal é país membro da FAO desde 11 de setembro de 1946.

de pavilhão a adotar e implementar as medidas referidas nas áreas de jurisdição nacional nas quais não exista uma ORGP com competência para a regulação das pescarias mencionadas.

Com o objetivo de providenciar alguma orientação aos Estados e às ORGPs na implementação da resolução, a FAO promoveu uma consulta de especialistas em setembro de 2007 que resultou num esboço de “Orientações Internacionais para a Gestão de Pescas de Profundidade no Alto Mar” no ano seguinte. Duas outras reuniões, envolvendo delegações de 53 Nações, bem como organizações intergovernamentais e ONGs, foram organizadas em 2008 para negociar, rever e finalizar o texto das orientações, resultando na adoção do texto em agosto de 2008.

As orientações da FAO aplicam-se às pescarias que ocorrem em áreas fora de jurisdição nacional e têm as seguintes características: o total das capturas inclui espécies que unicamente podem sustentar taxas baixas de exploração e as artes de pesca entra ou pode entrar em contacto com o fundo do mar durante as operações normais de pesca. As orientações têm como objetivo assegurar a conservação a longo prazo e o uso sustentável dos recursos de profundidade e prevenir impactos adversos significativos aos VMEs das atividades relacionadas com essa exploração.

De acordo com as orientações, a vulnerabilidade de um ecossistema encontra-se ligada à probabilidade de uma população, comunidade ou habitat, experimentar alterações substanciais de perturbações de curto prazo ou crónicas, e a probabilidade da sua recuperação e em que período temporal. As características dos VMEs podem ser fisicamente ou funcionalmente frágeis. A vulnerabilidade das populações, comunidades podem ser avaliadas em relações a ameaças específicas, nomeadamente as artes de pesca utilizadas. Os riscos ao ecossistema marinho são determinados pela sua vulnerabilidade, a probabilidade de a ameaça ocorrer e os meios de mitigação aplicados à ameaça.

Os critérios para a identificação de VMEs incluem a sua singularidade ou raridade de espécies ou habitats, o seu significado funcional, fragilidade e complexidade estrutural, bem como o historial que limita a probabilidade de recuperação. As orientações incluem exemplos indicativos de VMEs, tais como recifes de corais de águas frias de diversas espécies, comunidades de esponjas, fontes hidrotermais e unidades populacionais de peixes que sustentam baixas taxas de exploração. No entanto,

métricas explícitas, valores-limite e abordagem analíticas para a identificação de VMEs não são incluídas, sendo a determinação de critérios feita pelas ORGPs⁷⁹.

SECÇÃO 4 - COMISSÃO BALEEIRA INTERNACIONAL

1. Convenção Internacional para a Regulação da Atividade Baleeira

A Convenção Internacional para a Regulação da Atividade Baleeira, assinada em Washington, EUA, em 2 de dezembro de 1946, contando com 87 membros⁸⁰, visa a conservação adequada dos estoques de baleias e aplica-se, nos termos do n.º 2 do seu artigo 1.º, em “...todas as águas nas quais a caça à baleia é realizada...”. Com a evolução da consciência ambiental, nas décadas de 60 e 70, os membros da CBI passaram a prosseguir maiores preocupações de conservação.

2. Santuários e Moratórios

A CBI toma medidas para completar a proteção de certas espécies, através, nomeadamente, da designação de áreas como Santuários Baleeiros, do estabelecimento de limites para o número e tamanho das baleias que podem ser capturadas, da estipulação de períodos e zonas de defeso, e da proibição da captura de crias e de fêmeas acompanhadas de crias⁸¹.

Na sua reunião de 1982, a ICB decidiu estabelecer uma “pausa”, mais conhecida como um “moratório” à caça comercial à baleia, a partir da temporada de 1985/1986, mantendo-se atualmente em vigor⁸².

Para além do estabelecimento do moratório, em 1979, a ICB designou todo o Oceano Índico como um santuário baleeiro e, em 1994, designou outro santuário baleeiro nas águas do Oceano Antártico circundantes da Antártica. Desde então, duas propostas têm sido apresentadas para a designação de santuários baleeiros no Oceano

⁷⁹ Sobre as orientações da FAO, ver PETER J. AUSTER *et al.*, “Definition and detection of vulnerable marine ecosystems on the high seas: problems with the “move-on” rule” in *ICES Journal of Marine Science*, Volume 68, N.º 2, International Council for the Exploration of the Sea, Oxford Journals, 2011, pp. 254 e 255

⁸⁰ Portugal aderiu à Convenção em 14 de maio de 2002, ver Decreto n.º 18/2002, de 3 de maio. A UE não é parte da CBI, mas a maioria dos seus Estados-membros são membros da Comissão.

⁸¹ Ver PETRA DRANKIER, “Marine Protected...”, p. 311

⁸² Para mais pormenores, ver ELISABETH DRUEL, *et al.*, *Governance of marine biodiversity in areas beyond national jurisdiction at the regional level: filling the gaps and strengthening the framework for action. Case studies from the North-East Atlantic, Southern Ocean, Western Indian Ocean, South West Pacific and the Sargasso Sea*, IDDRI e AAMP, Paris, França, 2012, p. 23

Atlântico Sul e no Oceano Pacífico Sul, sem atingir a maioria de $\frac{3}{4}$ dos votos necessários para a sua designação⁸³.

SECÇÃO 5 - AUTORIDADE INTERNACIONAL DOS FUNDOS MARINHOS

1. Preocupações Ambientais

No âmbito das suas atividades, a ISA tem adotado regras para realização de estudos de impacto de avaliação ambiental e tem patrocinado ou cooperado em projetos de investigação ambiental para adquirir informação e avaliar impactos da mineração de profundidade e permitir um adequado planeamento ambiental.

2. Áreas de Particular Interesse Ambiental

Embora a ISA tenha um âmbito global, esta adotou um plano de gestão ambiental de escala regional para a Zona de Fratura Clarion-Clipperton do Oceano Pacífico. O primeiro plano de gestão ambiental foi adotado em 2012, tendo incluindo a designação de uma rede de nove Áreas de Particular Interesse Ambiental⁸⁴.

A Zona da Fratura Clarion-Clipperton tem particular importância, uma vez que se situa numa zona de exploração de nódulos polimetálicos, tendo a ISA assinado contratos de exploração diversas entidades. O plano de gestão ambiental demonstra uma preocupação adicional com a prevenção, redução e controlo da poluição, e com a proteção e conservação dos recursos naturais da Área, incluindo a prevenção de danos à flora e fauna do meio marinho⁸⁵.

⁸³ Ver PETRA DRANKIER, “Marine Protected...”, p. 311 e 312

⁸⁴ Cfr. Doc. IBSA/17/LTC/7, de 13 de julho de 2011, e Doc. IBSA/18/C/22, de 26 de julho de 2012.

⁸⁵ Ver KRISTINA M. GJERDE, *et al.*, “Protecting Earth's last conservation frontier: scientific, management and legal priorities for MPAs beyond national boundaries” in *Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems*, Volume 26, Suplemento S2, Setembro 2016, Nova Jérsea, John Wiley & Sons, Ltd., 2016, p. 51, KRISTINE M. GJERDE e ANNA RULSKA-DOMINO, “Marine Protected...”, pp. 366 e 367, ELISABETH DRUEL, *et al.*, *Governance...*, p. 69

TÍTULO VII – FÓRUMS REGIONAIS

SECÇÃO 1 - CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO MEIO MARINHO DO ATLÂNTICO NORDESTE

1. Instituição e Princípios

A Convenção OSPAR, um acordo de Mares Regionais, assinada em 22 de setembro de 1992, em Paris, França, e com entrada em vigor em 25 de março de 1998, resulta da fusão e atualização da Convenção para a Prevenção da Poluição Marítima Causada por Operações de Imersão Efetuadas por Navios e Aeronaves de 1972 e da Convenção para a Prevenção da Poluição Marítima de Origem Telúrica de 1974, contando com 16 Partes Contratantes⁸⁶.

Nos termos do seu artigo 1.º, o espaço de aplicação da Convenção OSPAR inclui “as águas interiores e os mares territoriais das Partes Contratantes, a zona situada para além do mar territorial e adjacente a este sob a jurisdição do Estado costeiro na medida reconhecida pelo direito internacional, bem como o alto mar, incluindo o conjunto de fundos marítimos correspondentes e o respetivo subsolo (...)”, designando-o de “Zona Marítima”. As coordenadas geográficas estabelecidas incluem uma área do alto mar do Oceano Atlântico Nordeste que corresponde aproximadamente a 60% da Zona Marítima OSPAR⁸⁷.

A alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Convenção OSPAR descreve a obrigação geral estabelecida como “as Partes Contratantes tomam as medidas possíveis para prevenir e combater a poluição, bem como as medidas necessárias à proteção da zona marítima contra os efeitos prejudiciais das atividades humanas de forma a salvaguardar a saúde do homem e a preservar os ecossistemas marinhos e, quando possível, a restabelecer as zonas marítimas que sofreram esses efeitos prejudiciais”.

A Convenção OSPAR inclui também a criação da Comissão OSPAR com mandato para a adoção de decisões legalmente vinculativas, bem como de recomendações. No entanto, atendendo ao mandato de outras organizações internacionais no mesmo espaço geográfico, nomeadamente em matéria de pescas,

⁸⁶ Portugal depositou o instrumento de ratificação em 23 de fevereiro de 1992, ver o Decreto n.º 59/97, de 31 de outubro, e o Aviso n.º 122/98, de 30 de junho. A UE é igualmente Parte Contratante da Convenção OSPAR.

⁸⁷ Ver MARTA CHANTAL DA CUNHA MACHADO RIBEIRO, ““Rainbow”, um exemplo mundial: a primeira área marinha protegida nacional em perspectiva sob águas do alto mar. À descoberta do tesouro do arco-íris” in *Revista do CEDOUA*, Volume 20, N.º 2, Coimbra, 2007, pp. 55 e 56

transporte marítimo e exploração marítima, as suas competências regulatórias encontram-se limitadas a certas atividades humanas⁸⁸.

2. Áreas Marinhas Protegidas OSPAR

Após a entrada em vigor do seu Anexo V relativo à Proteção e Conservação dos Ecossistemas e da Diversidade Biológica das Zonas Marítimas, em 30 de agosto de 2000, a Convenção OSPAR passou a ter como uma das suas finalidades a criação de uma rede alargada e coerente de AMPs, sendo definido na Conferência Ministerial OSPAR de 2003 que o estabelecimento de uma rede ecologicamente coerente de AMPs deveria ocorrer até 2010.

Em 2010, a Comissão OSPAR, na sequência de esforços encetados pela WWF, estabeleceu a primeira rede de AMPs em áreas fora de jurisdição nacional, designando seis AMPs que protegem um conjunto de montes submarinos e secções da Dorsal Mesoatlântica. Em 2012, uma sétima AMP pelágica em alto mar, sem proteção do fundo marinho, foi designada⁸⁹.

No total, cinco das AMPs OSPAR incluem o alto e mar e fundo marinho que se encontra sob pretensão de um Estado costeiro, sendo que quatro destas foram estabelecidas cooperativamente com Portugal, atendendo à sua submissão da proposta para a extensão da plataforma continental à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas⁹⁰. As duas AMPs que englobam o fundo marinho e a coluna de água em áreas fora de jurisdição nacional correspondem à AMP *Charlie-Gibbs South* e à AMP *Milne Seamount Complex*⁹¹.

Relativamente às AMPs designadas, deve ser desenvolvida uma avaliação estratégica de impacto ambiental das atividades humanas que potencialmente entrem em conflito com os objetivos de conservação. Nas AMPs situadas fora de jurisdição nacional, a Comissão OSPAR tem competência para adotar medidas de proteção do ambiente marinho contra a poluição e impactos adversos das atividades humanas;

⁸⁸ Ver ELISABETH DRUEL, *et al.*, *Governance...*, p. 15

⁸⁹ Cfr. Decisão OSPAR 2012/1 on the establishment of the Charlie-Gibbs North High Seas Marine Protected Area

⁹⁰ Ver NATALIE C. BAN, *et al.*, “Systematic Conservation Planning...”, p. 9, DAVID FREESTONE *et al.*, “Can existing institutions protect biodiversity in areas beyond national jurisdiction? Experiences from two on-going processes” in *Marine Policy*, Volume 49, Amesterdão, Elsevier, 2014, p. 168, B. C. O’LEARY, “The first network of marine protected areas (MPAs) in the high seas: The process, the challenges and where next” in *Marine Policy*, Volume 36, Amesterdão, Elsevier, 2012, pp. 598 e 599

⁹¹ Cfr. Relatório Anual da OSPAR de 2010

proteger a biodiversidade marinha e os ecossistemas durante a colocação de ilhas artificiais, estruturas flutuantes, cabos e gasodutos, durante a condução de atividades de investigação científica marinha e a introdução de espécies; regular o despejo e armazenamento de CO₂ nos oceanos; regular a fertilização dos oceanos e regular turismo submarino.

Em 2010, a Comissão OSPAR procedeu à assinatura de Memorandos de Entendimento com outras organizações presentes na região para uma melhor coordenação e cooperação. No mesmo ano, a Comissão OSPAR iniciou igualmente o “Processo Madeira” que visa desenvolver um acordo coletivo entre as entidades competentes na gestão de áreas selecionadas fora de jurisdição nacional, tendo a primeira reunião tido lugar entre 23 e 25 de março na Madeira, Portugal. As organizações presentes incluíram a OSPAR, a ISA, a CBI e a NEAFC, enquanto a OMI, a ICCAT, a NASCO e a NAMMCO foram convidadas, mas não puderam estar presentes.⁹².

SECÇÃO 2 - CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO MAR MEDITERRÂNEO CONTRA A POLUIÇÃO

1. Instituição e Protocolos

Com base no primeiro Programa de Ação para o Mediterrâneo, adotado, em 1975, por 16 Estados Mediterrânicos e pela Comunidade Europeia, seria adotada a Convenção para a Proteção do Mar Mediterrâneo contra a Poluição, a Convenção de Barcelona, em 16 de fevereiro de 1976, em Barcelona, Espanha, com entrada em vigor em 1978, o primeiro Acordo de Mares Regionais sob os auspícios do PNUA.

Posteriormente, em 1995, os referidos enquadramentos legais seriam atualizados, tendo a Convenção de Barcelona sido renomeada como Convenção para a Proteção do Meio Marinho e da Região Costeira do Mediterrâneo, com entrada em vigor em 2004⁹³. A Convenção de Barcelona conta atualmente com 22 Partes Contratantes⁹⁴.

A Convenção de Barcelona opera através um de conjunto de protocolos ambientais e tem aplicação em todo o Mediterrâneo, independentemente da jurisdição,

⁹² Ver ELISABETH DRUEL, *et al.*, *Governance...*, pp. 18 e 27, KRISTINA M. GJERDE, *et al.*, “Protecting Earth's...”, p. 50

⁹³ Ver KRISTINA M. GJERDE, *et al.*, “Protecting Earth's...”, p. 50

⁹⁴ A UE é uma das 22 Partes Contratantes.

sendo importante referir que a generalidade dos Estados costeiros do Mar Mediterrâneo não declararam uma ZEE de 200 milhas náuticas ou optam por não a aplicar, caso contrário não existiria uma área fora de jurisdição nacional.

As Partes Contratantes acordaram na conservação da biodiversidade marinha através da designação de AMPs, no Protocolo relativo às Áreas Especialmente Protegidas e à Diversidade Biológica no Mediterrâneo à Convenção de Barcelona, assinado em 10 de junho de 1995 em Barcelona e com entrada em vigor em 12 de dezembro de 1999, conhecido como Protocolo SPA/BD, aplicável em todas as águas marinhas do Mar Mediterrâneo. O referido Protocolo permite o estabelecimento de uma lista de Zonas Especialmente Protegidas de Importância para o Mediterrâneo (Lista SPAMI)⁹⁵.

Para além disso, o Plano de Ação Estratégico para a Diversidade Biológica, adotado em 2003 pelas Partes Contratantes, estipula que o estabelecimento de áreas protegidas em alto mar para a proteção de ecossistemas pelágicos e espécies sensíveis, bem como para a proteção de áreas bênticas importantes ou parcialmente desconhecidas, deve ser uma prioridade⁹⁶.

2. Santuário Pelagos

Em 1999, a França, a Itália e o Mónaco concordaram na criação do Santuário Pelagos para Mamíferos Marinhos no Mar Mediterrâneo, cabendo às Partes a tomada das medidas protetoras necessárias através da sua legislação nacional. O Santuário engloba as águas territoriais das três Partes, bem como a coluna de água adjacente fora das suas jurisdições nacionais.

Em 2001, o Santuário Pelagos foi reconhecido pela Partes Contratantes da Convenção de Barcelona como uma SPAMI, no âmbito do Protocolo SPA/BD. Posteriormente, em 2004, um plano de gestão conjunta foi aprovado, sendo tomados passos adicionais para melhorar a proteção dos mamíferos marinhos na área⁹⁷.

⁹⁵ Ver TULLIO SCOVAZZI, “Marine Protected Areas on the High Seas...”, pp. 11-13

⁹⁶ Para mais detalhes, ver SABINE CHRISTIANSEN, “High Seas MPAs...”, pp. 16 e 17

⁹⁷ Ver JULIEN ROCHETTE, *et al.*, *Governing the “High Seas”-Linking global governance and regional implementation*, 2014 Potsdam Ocean Governance Workshop-Background Document, 2014, pp. 9 e 10

SECÇÃO 3 - TRATADO PARA A ANTÁRTIDA E A CONVENÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA MARINHAS DA ANTÁRTIDA

1. Sistema do Tratado Antártico

O continente Antártico e o Oceano Antártico encontram-se governados por um sistema regional único no mundo: o Sistema do Tratado Antártico. O Sistema do Tratado Antártico engloba o Tratado para a Antártida, assinado em 1 de dezembro de 1959, em Washington, EUA, com entrada em vigor em 23 de junho de 1961, e os acordos e as convenções adotados posteriormente.

2. Tratado para a Antártida

Antes da adoção do Tratado para a Antártida, sete Estados estabeleceram reivindicações territoriais sob o continente Antártico, designadamente a Argentina, a Austrália, o Chile, a França, a Nova Zelândia, a Noruega e o Reino Unido. Para além destes, os EUA e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, não obstante de não terem estabelecido reivindicações, reservaram o seu direito de o fazer. Diversas das reivindicações, devido a bases legais diferentes, nomeadamente proximidade territorial e direito de descoberta, sobrepõem-se parcialmente.

Atendendo aos potenciais conflitos, em 1959, os EUA convocaram uma conferência diplomática sobre a Antártida, tendo como participantes os Estados anteriormente referidos e também a África do Sul, a Bélgica e o Japão, incluindo, deste modo, os 12 Estados com atividade presente na Antártida, resultando na assinatura do Tratado para a Antártida. Atualmente, o Tratado para a Antártida conta com 53 Partes Contratantes⁹⁸.

Das disposições do Tratado para a Antártida destaca-se o n.º 1 do artigo 1.º que enuncia que “a Antártida será usada exclusivamente para fins pacíficos” e o n.º 2 do artigo 4.º que dispõe que “nenhum ato ou atividade que ocorra durante a vigência do presente Tratado deve constituir fundamento para afirmar, apoiar ou contestar uma reivindicação de soberania territorial na Antártida nem para criar direitos de soberania na região. Nenhuma nova reclamação, ou reafirmação de reclamações de soberania territorial na Antártida anteriormente feitas, deve ser feita valer enquanto o presente

⁹⁸ Portugal é Parte do Tratado para a Antártida, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 29 de janeiro de 2010, ver Resolução da Assembleia da República 96/2009, de 9 de Novembro, e Aviso 28/2010, de 10 de Fevereiro, retificado pelo Aviso 93/2010, de 16 de Junho.

Tratado está em vigor”, resultando num “congelamento” de todas as reivindicações territoriais no continente.

As disposições do Tratado, nos termos do seu artigo 6.º, são aplicáveis à zona a sul do paralelo a 60º de latitude sul, incluindo todas as plataformas de gelo, abrangendo grande parte do Oceano Antártico. Como consequência do “congelamento das reivindicações territoriais”, não existe tecnicamente nenhum mar territorial ou ZEE no Oceano Antártico e todo o espaço marítimo em que o Tratado para a Antártida se aplica é considerado como área fora de jurisdição nacional, dispondo o artigo 6.º igualmente que as disposições do Tratado “em nada devem prejudicar ou de qualquer forma afetar os direitos, ou o exercício de direitos, de qualquer Estado, ao abrigo do direito internacional no que diz respeito ao alto mar, dentro desta área”.

O órgão de gestão do Tratado é a Reunião Consultiva do Tratado para a Antártida que se reúne uma vez por ano. A Reunião Consultiva tem competência para adotar medidas, decisões e resoluções por consenso, sendo que, nos termos do seu artigo 9.º, as medidas são legalmente vinculativas após serem adotadas por todas as Partes Contratantes.

A alínea f) do n.º 1 do artigo 9.º prevê explicitamente os representantes das Partes Contratantes poderão adotar medidas relativas à “preservação e conservação dos recursos vivos na Antártida”. Atendendo a essa base legal, as Partes Contratantes adotaram, em 1964, as Medidas Acordadas para a Conservação da Fauna e Flora Antárticas, possibilitando a designação de áreas de excecional interesse científico como Áreas Especialmente Protegidas, atribuindo-lhes uma proteção adicional⁹⁹.

3. Convenção para a Conservação de Focas Antárticas

Convenção para a Conservação de Focas Antárticas (CCAS), foi adotada em 11 de fevereiro de 1972 em Londres, Reino Unido, tendo entrado em vigor em 11 de março de 1978.

A CCAS regula a caça de focas na área de competência do Tratado para a Antártida. De acordo com o n.º 1 do seu artigo 2.º, as Partes Contratantes deverão impedir a captura e a morte de um conjunto enumerado de espécies de focas pelos seus

⁹⁹ Ver ELISABETH DRUEL, *et al.*, *Governance...*, p. 30

nacionais e pelas embarcações que arvoreem o seu pavilhão, exceto nos termos estipulados na Convenção.

No seu preâmbulo, a CCAS reconhece a vulnerabilidade das focas Antárticas à exploração comercial, a necessidade da sua proteção, a importância da investigação científica e promove a utilização racional e sustentável dos recursos.

4. Convenção sobre a Regulação de Atividades de Recursos Minerais Antárticas

Após seis anos de negociações, em 2 de junho de 1988, em Wellington, a Convenção sobre a Regulação de Atividades de Recursos Minerais Antárticas foi adotada em Wellington, Nova Zelândia, estabelecendo condições rigorosas para a prospeção e exploração de recursos minerais marinhos.

A CRAMRA providenciava igualmente uma definição de plataforma continental baseada na extensão geográfica. No espaço fora desses limites da plataforma continental geográfica, a ISA seria a entidade competente para a regulação da prospeção e exploração de recursos minerais.

Atendendo à oposição de diversas ONGs e à crescente pressão internacional, a CRAMRA não juntou as ratificações necessárias para a sua entrada em vigor. A CRAMRA acabaria por ser abandonada e substituída pelo Protocolo ao Tratado para a Antártida sobre a Proteção do Meio Ambiente¹⁰⁰.

5. Protocolo ao Tratado para a Antártida sobre a Proteção do Meio Ambiente

Em 4 de outubro de 1991, as Partes Contratantes do Tratado para a Antártida assinaram, em Madrid, Espanha, o Protocolo ao Tratado para a Antártida sobre a Proteção do Meio Ambiente¹⁰¹, vulgarmente conhecido como Protocolo de Madrid, com entrada em vigor em 14 de janeiro de 1998.

Nos termos do artigo 2.º do Protocolo de Madrid, as Partes Contratantes “comprometem-se a uma proteção abrangente do meio ambiente antártico e do ecossistema que lhe está associado e por este meio designam a Antártida como uma reserva natural, consagrada à paz e à ciência.”. O artigo 3.º do Protocolo estipula um

¹⁰⁰ Idem, p. 32

¹⁰¹ Portugal depositou o seu instrumento de ratificação do Protocolo ao Tratado para a Antártida sobre a Proteção do Meio Ambiente em 10 de setembro de 2014, ver Aviso n.º 103/2014, de 10 de novembro, e Resolução da Assembleia da República n.º 53/2014, de 19 de Junho.

conjunto de princípios ambientais a serem respeitados para o exercício de atividades humanas na Antártida e o seu artigo 7.º proíbe todas as atividades associadas a recursos minerais, salvo a investigação científica.

O anexo V do Protocolo de Madrid versa exclusivamente sobre áreas protegidas, podendo estas incluir áreas protegidas marinhas. De acordo com o seu artigo 2.º, qualquer área pode ser designada como uma Área Especialmente Protegida Antártica ou uma Área Especialmente Gerida Antártica, sendo as atividades humanas nestas áreas proibidas, restringidas ou geridas de acordo com os planos de gestão adotados.

Segundo o referido artigo, o objetivo do estabelecimento destas áreas protegidas é proteger valores extraordinários ambientais, científicos, históricos, estéticos, selvagens, ou uma combinação destes, ou investigação científica a decorrer ou planeada.

Tanto o estabelecimento de uma ASPA como de uma ASMA ocorre na sequência da submissão de uma proposta de plano de gestão à Reunião Consultiva do Tratado para a Antártida por qualquer Parte Contratante.

Nos termos dos artigos 3.º e 4.º do Anexo V do Protocolo de Madrid, a diferença fundamental entre os dois tipos de áreas protegidas encontra-se no nível de proteção garantida. A entrada numa ASPA é proibida, exceto nos termos de uma licença emitida no âmbito do Protocolo, enquanto a entrada numa ASMA não requer nenhuma licença.

6. Convenção para a Conservação da Fauna e da Flora Marinhas da Antártida

Em 1 de agosto de 1980, a Convenção sobre a Conservação da Fauna e da Flora Marinhas da Antártida foi adotada em Canberra, Austrália, com entrada em vigor em 7 de abril de 1982, na sequência da crescente preocupação com o constante aumento do interesse comercial em krill-do-antártico e o seu impacto no meio marinho da Antártida, contando atualmente com 25 Membros e 11 Estados Aderentes¹⁰².

No seu artigo 2.º, a Convenção CAMLR prevê como seu objetivo a conservação dos recursos marinhos vivos da Antártida, abrangendo o termo “conservação” a noção de utilização racional. Os recursos abrangidos pela Convenção incluem todas as espécies marinhas da Antártida, nomeadamente peixes de barbatanas, moluscos,

¹⁰² A UE é um dos Membros da Convenção CAMLR.

crustáceos e pássaros, excetuando os mamíferos marinhos abrangidos pela CBI e pela Convenção para a Conservação de Focas Antárticas.

No n.º 1 do seu artigo 4.º, a CAMLR estabelece a criação da Comissão para a Conservação da Fauna e Flora Marinhas da Antártida. A CCAMLR tem competência para formular, adotar e rever medidas de conservação, bem como para a designação da abertura e do encerramento de áreas, regiões e sub-regiões para propósitos de investigação científica e conservação. As medidas de conservação adotadas pela CCAMLR são legalmente vinculativas para todos os Membros da Comissão¹⁰³, sendo, nos termos do seu artigo 12.º, as questões de fundo tomadas por consenso.

Em termos de medidas de conservação, a CCAMLR adotou uma proibição à pesca de arrasto em certas áreas identificadas como VMEs¹⁰⁴, bem como uma proibição à pesca com redes de emalhar de fundo¹⁰⁵. Na sequência de sua junção aos esforços internacionais para o estabelecimento de uma rede coerente e representativa de AMPs até 2012, em 2009, a CCAMLR adotou a Medida de Conservação 91-03 (2009) sobre a Proteção da Plataforma Sul das Ilhas Órcades do Sul.

A AMP das Ilhas Órcades do Sul foi a primeira AMP designada pela CCAMLR, tendo o objetivo expresso de conservação da biodiversidade marinha. A proteção prevista inclui a proibição de todo o tipo de atividades pesqueiras, excetuando atividades de investigação científica acordadas pela CCAMLR, a proibição de descargas e despejos de resíduos, e a proibição de atividades de transbordo.

Em 2011, as Partes Contratantes Membros da CAMLR adotaram a Medida de Conservação 91-04 que delineia o enquadramento geral para o estabelecimento de AMPs CCAMLR. Nos termos da referida Medida de Conservação, as AMPs devem ser estabelecidas com base nos melhores pareceres científicos disponíveis e contribuir para o atingir para objetivos de proteção de exemplos representativos de ecossistemas marinhos, biodiversidade e habitats; a proteção dos processos ecossistemáticos

¹⁰³ De acordo com o n.º 2 do artigo 7.º da CAMLR, são Membros da CCAMLR: “a) Qualquer Parte Contratante que tenha participado na reunião durante a qual foi adotada a presente convenção será membro da Comissão; b) Cada Estado-Parte que tenha aderido à presente convenção em conformidade com o artigo XXIX pode ser membro da Comissão desde que se dedique a atividades de investigação ou de captura em relação com a fauna e a flora marinhas a que se aplica a presente convenção; c) Cada organização de integração económica regional que tenha aderido à presente convenção em conformidade com o artigo XXIX pode ser membro da Comissão se os seus Estados-membros o forem”.

¹⁰⁴ Cfr. Medida de Conservação CCAMLR 22-09 (2012)

¹⁰⁵ Cfr. Medida de Conservação CCAMLR 22-04 (2010)

fundamentais, bem os habitats e espécies nos seus diferentes estágios; o estabelecimento de áreas de referência científica para monitorização; a proteção de áreas vulneráveis ao impacto de atividades humanas, incluindo habitats e elementos únicos, raros ou altamente diversos; a proteção de elementos críticos para o funcionamento de ecossistemas locais; e a proteção de áreas para a manutenção de resiliência ou da habilidade de adaptação aos efeitos das alterações climáticas.

Os esforços encetados pela CCAMLR em matéria de AMPs enquadra-se na sua junção ao movimento internacional para desenvolver uma rede representativa de AMPs até 2012. As discussões gerais sobre as AMPs CCAMLR iniciaram-se no seio da organização logo em 1999, tendo, mais tarde, reconhecido os compromissos da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável de 2002¹⁰⁶.

No entanto, a efetividade das AMPs CCAMLR é limitada pelo facto das suas medidas de conservação apenas serem legalmente vinculativas para as suas Partes Contratantes e pelo facto do seu mandato se encontrar limitado à pesca e às embarcações de investigação científica.

Atendendo a essas limitações, nos termos dos artigos 9.º e 10.º do seu enquadramento geral para o estabelecimento de AMPs, a CCAMLR disponibiliza a informação disponível sobre as AMPs CCAMLR às organizações internacionais e regionais relevantes na Área da Convenção e aos Estados que não são Partes Contratantes cujos nacionais ou embarcações entrem na Área da Convenção. Para além disso, aquando da designação de uma nova AMP, a CCAMLR deverá identificar possíveis ações para outros elementos do Sistema do Tratado para a Antártida, tais como a OMI, a serem prosseguidas para apoiar objetivos específicos.

SECÇÃO 4 - COMISSÃO DO MAR DOS SARGAÇOS

1. Mar dos Sargaços

O Mar dos Sargaços é um ecossistema marinho único localizado no norte do Oceano Atlântico Ocidental, sendo o habitat da alga flutuante *Sargassum*, origem do seu nome. Este ecossistema tem um papel fundamental nos ciclos de vida de diversas espécies marinhas, nomeadamente, enguias, tartarugas marinhas e atuns, uma vez que

¹⁰⁶ Ver CASSANDRA M. BROOKS, “Competing values on the Antarctic high seas: CCAMLR and the challenge of marine-protected areas” in *The Polar Journal*, Volume 3, N.º 2, Taylor & Francis, 2013, pp. 277-281

providencia abrigo e nutrientes. Para além disso, o ecossistema é uma rota de migração de outras espécies, incluindo tubarões e cetáceos, é o único lugar do mundo que a Enguia-americana (*Anguilla rostrata*) e a Enguia-Europeia (*Anguilla anguilla*) desovam.

Os seus limites encontram-se delimitados por várias correntes oceânicas, tais como a Corrente do Golfo a Oeste, a Corrente Norte-Atlântica a Norte, a Corrente das Canárias a Este e a Corrente Norte Equatorial Atlântica a Sul. O conjunto destas correntes forma o Giro Subtropical do Atlântico Norte, tornando o Mar dos Sargãos, o único mar do mundo sem costa, altamente vulnerável à acumulação de resíduos plásticos não biodegradáveis.

Atendendo às correntes oceânicas referidas, os limites do Mar dos Sargãos sofrem constantemente alterações, mas o seu núcleo cobre aproximadamente 2 milhões de milhas náuticas quadradas à volta das ilhas das Bermudas, território ultramarino do Reino Unido, o único território na área deste ecossistema, sendo que a generalidade das águas no Mar dos Sargãos se encontra fora de jurisdição nacional. Para além disso, não existe nenhuma convenção regional para a sua conservação oceânica em vigor na área, nem nenhuma ORGP com jurisdição sob a sua totalidade¹⁰⁷.

2. Aliança do Mar dos Sargãos

Em 2010, a Aliança do Mar dos Sargãos foi formada sob a liderança do Governo das Bermudas, consistindo numa parceria de colaboração entre cientistas, grupos internacionais de conservação internacional, tais como a IUCN e a WWF, e financiadores privados.

O objetivo principal da parceria internacional era assegurar o reconhecimento do significado ecológico do Mar dos Sargãos e das ameaças a este ecossistema, bem como utilizar as organizações regionais, setoriais e internacionais existentes para assegurar uma gama de medidas protetoras para todo ou partes do Mar dos Sargãos¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Para uma análise detalhada do Mar dos Sargãos, ver DAVID FREESTONE e FAITH BULGER, “The Sargasso Sea Commission: An innovative approach to the conservation of areas beyond national jurisdiction” in *Ocean Yearbook*, Volume 30, Leuven, Koninklijke Brill NV, 2016, p. 82, DAVID FREESTONE, *et al.*, “Place-based Dynamic Management of Large-Scale Ocean Places: Papahānaumokuākea and the Sargasso Sea” in *Stanford Environmental Law Journal*, Volume 33, n.º 2, 2014, p. 193, ELISABETH DRUEL, *et al.*, *Governance...*, p. 79

¹⁰⁸ Ver DAVID FREESTONE, “Can we protect high seas ecosystems under current international law? Lesson from the Sargasso Sea Project” in *30 anos da assinatura da convenção das Nações Unidas sobre*

Em 2012, após o comissionamento de estudos científicos, a Aliança do Mar dos Sargãos publicou um relatório com a evidência científica para justificar a proteção e a gestão do Mar dos Sargãos¹⁰⁹ que serviria de base para a submissão, nesse mesmo ano, pelo Governo das Bermudas ao Secretariado da CDB de uma proposta de descrição deste ecossistema como EBSA. A designação oficial iria ocorrer na 11.ª Conferência das Partes da CDB¹¹⁰.

Na sequência da descrição do Mar dos Sargãos como uma EBSA, no mesmo ano, a UE, por sugestão do Reino Unido, apresentou uma proposta para medidas especiais de conservação na NAFO. Para além disso, o Governo das Bermudas propôs uma Recomendação na Reunião da Comissão ICCAT para que o órgão científico desta organização examinasse os dados compilados sobre o Mar dos Sargãos e os impactos da atividades pesqueira de tunídeos e espécies afins no ecossistema, e que considerasse a viabilidade do estabelecimento de medidas especiais de gestão e conservação.

A Aliança do Mar dos Sargãos tratou igualmente de se aproximar de outras organizações internacionais e regionais relevantes para o seu trabalho com o objetivo de desenvolver uma rede de organizações colaboradores, incluindo a OSPAR, a Convenção de Cartagena, a Convenção de Abidjan, a Convenção Interamericana para a Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas, a ISA, a Convenção de Bonn, a UNESCO e a WECAFC. Além disso, a Aliança comissionou avaliações de riscos potenciais de riscos potenciais de tráfego marítimo e de medidas protetoras apropriadas para apresentar à OMI¹¹¹.

Os esforços da Aliança do Mar dos Sargãos para a conscientização do significado ecológico do Mar dos Sargãos seriam reconhecidos pela Assembleia-Geral da ONU, em novembro de 2012¹¹².

o direito do mar: proteção do ambiente e o futuro do direito do mar: actas da conferência internacional, coord. Marta Chantal da Cunha Ribeiro, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, p. 400

¹⁰⁹ Cfr. D. D'A. LAFFOLEY, *et al.*, *The protection and management of the Sargasso Sea: The golden floating rainforest of the Atlantic Ocean. Summary Science and Supporting Evidence Case*, Sargasso Sea Alliance, 2012, p. 6

¹¹⁰ Ver DAVID FREESTONE e FAITH BULGER, "The Sargasso Sea Commission...", p. 84

¹¹¹ Ver DAVID FREESTONE e KATE KILLERLAIN MORRISON, "The Signing of the Hamilton Declaration on Collaboration for the Conservation of the Sargasso Sea: A New Paradigm for High Seas Conservation?" in *The International Journal of Marine and Coastal Law*, Volume 29, N.º 2, Leiden, Martinus Nijhoff Publishers, 2012, pp. 346-349

¹¹² Cfr. Resolução da Assembleia-Geral das Nações Unidas 67/78, de 11 de dezembro de 2012, parágrafo 199

3. Comissão do Mar dos Sargãos

Em 11 de março de 2014, em Hamilton, Bermudas, na sequência de mais de quatro anos de trabalho pela Aliança do Mar dos Sargãos, foi assinada a Declaração de Hamilton para a Colaboração na Conservação do Mar dos Sargãos, contando com oito Governos Signatários¹¹³.

A Declaração de Hamilton é o primeiro instrumento não vinculativo a estabelecer um enquadramento para os seus signatários trabalharem conjuntamente através das organizações internacionais e regionais existentes e outros parceiros para minimizar os efeitos adversos das atividades humanas num ecossistema que se encontra primordialmente numa área fora de jurisdição nacional. No seu preâmbulo refere-se que a “...Declaração não é juridicamente vinculativa e não prejudica os direitos legais existentes e obrigações dos Signatários no âmbito do direito internacional ou das competências das organizações regionais e internacionais”.

De acordo com o parágrafo 6, os signatários acolhem a proposta do Governo das Bermudas de estabelecer uma Comissão do Mar dos Sargãos, com sede nas Bermudas, bem como um Secretariado para assistir a Comissão, sendo esta “...inicialmente [...] estabelecida nos termos da legislação da Bermuda”. O mesmo parágrafo acrescenta que a Comissão será composta por “... cientistas de renome e outros indivíduos de reputação internacional, que se dedicam à conservação de ecossistemas do alto mar, e que prestarão serviços a título pessoal”. A 6 de agosto de 2014, o Governo das Bermudas anunciou a nomeação da primeira Comissão do Mar dos Sargãos.

O Anexo II da Declaração de Hamilton refere explicitamente que a Comissão do Mar dos Sargãos não possui autoridade de gestão, mas irá “exercer um papel de liderança no Mar dos Sargãos e trabalhar para manter a sua integridade, produtividade e resiliência, sob revisão contínua”, bem como “desenvolver um programa de trabalho e planos de ação para a conservação do ecossistema do Mar dos Sargãos”.

Deste modo, à Comissão do Mar dos Sargãos compete o desenvolvimento de propostas de medidas para a consideração dos Signatários que estes poderão submeter ou apoiar nas organizações regionais ou internacionais dotadas das competências relevantes.

¹¹³ O Governo da Região Autónoma dos Açores encontra-se entre os Signatários originários da Declaração de Hamilton

Assim, a Declaração de Hamilton não criou nenhuma nova autoridade regulatória e gestora do mar dos Sargãos. Essencialmente, o objetivo da Declaração é trabalhar com a estrutura regulatória existente para o desenvolvimento de medidas de conservação apropriadas.

SECÇÃO 5 - ACORDO SOBRE A CONSERVAÇÃO DOS CETÁCEOS NO MAR NEGRO, MAR MEDITERRÂNEO E ÁREA ATLÂNTICA ADJACENTE

1. Celebração e Objetivos

O Acordo sobre a Conservação dos Cetáceos no Mar Negro, Mar Mediterrâneo e Área Atlântica Adjacente foi assinado em 24 de novembro de 1996, no Mónaco, tendo entrado em vigor em 1 de junho de 2001. O ACCOBAMS conta atualmente com 23 Partes¹¹⁴.

De acordo com a alínea a) do n.º 1 do seu artigo 1.º, o espaço de aplicação do ACCOBAMS é “constituído por todas as águas marítimas dos mares Negro e Mediterrâneo e pelos seus golfos e mares, bem como pelas águas internas ligadas ou interligadas a estas águas marítimas, e a área atlântica adjacente ao mar Mediterrâneo, a oeste do estreito de Gibraltar”. Atendendo à inexistência de alto mar no Mar Negro, a generalidade das áreas fora de jurisdição nacional podem ser encontradas no Mar Mediterrâneo.

Em junho de 2010, Portugal e de Espanha apresentaram propostas para inclusão das suas ZEEs ao espaço de aplicação do ACCOBAMS. Em novembro do mesmo ano, a proposta seria adotada através de emenda ao ACCOBAMS¹¹⁵.

Nos termos do n.º 2 do artigo referido, o ACCOBAMS “...aplica-se a todos os cetáceos que tenham uma distribuição que abranja a totalidade ou apenas uma parte da área do Acordo, ou que acidentalmente ou ocasionalmente frequentem a área do Acordo”, sendo as espécies abrangidas listas no seu Anexo n.º 1.

O objetivo do ACCOBAMS é a adoção de medidas coordenadas pelas Partes de modo a atingir e manter um estatuto de conservação favorável para os cetáceos. O n.º 1 do artigo 2.º do ACCOBAMS faz referência expressa à criação de áreas protegidas, podendo ler-se que, para as Partes atingirem o objetivo definido “...deverão proibir e adotar todas as medidas necessárias para, sempre que tal não tenha ainda sido feito,

¹¹⁴ Portugal é uma das Partes do ACCOBAMS, cfr. Decreto n.º 19/2004, de 2 de agosto

¹¹⁵ Cfr. Resolução A/4.1 de 2010 do ACCOBAMS

eliminar qualquer captura deliberada de cetáceos, devendo igualmente cooperar para a criação e manutenção de uma rede de áreas protegidas para a conservação de cetáceos”.

Importa notar que, de acordo com a parte final do n.º 3 do mesmo artigo “as medidas relacionadas com atividades de pesca deverão ser aplicadas nas águas da sua soberania e ou jurisdição e fora dessas águas a todos os navios com pavilhão desse Estado ou registados no seu território”.

O Anexo n.º 2 do ACCOBAMS prevê um Plano de Conservação, sendo que o seu artigo 3.º, referente a medidas a tomar pelas Partes para a proteção do habitat, dispõe que “as Partes deverão esforçar-se por estabelecer e gerir zonas especiais de proteção que correspondam a áreas de habitat para os cetáceos e ou que constituam importantes áreas de alimentação. Estas áreas especiais de proteção deverão ser estabelecidas no âmbito da Convenção para a Proteção do Mar Mediterrâneo contra a Poluição, 1976, e respetivo protocolo, ou no âmbito de outros instrumentos apropriados”.

2. Medidas Adotadas relativas a Áreas Protegidas e à Conservação de Cetáceos

No âmbito do ACCOBAMS foram adotadas diversas resoluções relativas a áreas protegidas e à conservação de cetáceos. Na Segunda Reunião das Partes Contratantes do ACCOBAMS que teve lugar entre 9 e 12 de novembro de 2004, em Palma de Maiorca, Espanha, as Partes Contratantes encarregaram o órgão científico do ACCOBAMS de definir critérios para a seleção de cetáceos e de adquirir conhecimento científico sobre a existência e localização de habitats de cetáceos no espaço de aplicação do Acordo, sendo que os referidos habitats podem localizar-se sob ou fora de jurisdição nacional. Adicionalmente, as Partes Mediterrâneas foram exortadas a dar uso ao conceito SPAMI, no âmbito da Convenção de Barcelona, para proteger áreas importantes para a conservação de cetáceos, particularmente em áreas transfronteiriças e áreas fora de jurisdição nacional. Para além disso, o Secretariado do ACCOBAMS foi encarregado de se articular com as entidades do Santuário Pelagos, bem como outras organizações similares no espaço de aplicação do ACCOBAMS de modo a facilitar ligações em rede e sinergias entre as diversas entidades, particularmente ao nível científico¹¹⁶.

¹¹⁶ Cfr. Artigos 1.º, 3.º e 7.º da Resolução 2.14 de 2004 do ACCOBAMS

Na Terceira Reunião das Partes Contratantes que teve lugar entre 22 e 25 de outubro de 2007, em Dubrovnik, Croácia, as Partes Contratantes adotaram outra resolução sobre AMPs para cetáceos, a Resolução 3.22. A referida resolução recomenda às Partes que considerem e, quando, apropriado cooperem na criação de AMPs para cetáceos nas áreas de especial importância para cetáceos no espaço de aplicação do ACCOBAMS, no âmbito do enquadramento das organizações relevantes, e convida Estados terceiros a fazer o mesmo.

No âmbito dessa recomendação, da Resolução 3.22 consta igualmente uma listagem de 18 áreas de especial importância identificadas pelo Comité Científico do ACCOBAMS, sendo pelo menos a área do Mar de Alborão se encontra parcialmente em área fora de jurisdição nacional.

O Anexo I da resolução anteriormente referida prevê um conjunto de critérios para a seleção de áreas protegidas, referindo expressamente que as AMPs devem ser criadas quando providenciam um valor adicional em comparação com uma ameaça que possa ser tratada por uma ação regulatória genérica. Por sua vez, o Anexo II disponibiliza um conjunto de orientações para o estabelecimento e gestão de AMPs para cetáceos, referindo que zonas sem atividade de pesca são habitualmente a ferramenta mais efetiva para a conservação marinha e fazendo menção à possibilidade de delimitação de AMPs dinâmicas.

Na Quarta Reunião das Partes Contratantes que tomou lugar entre 9 e 12 de novembro de 2010, no Mónaco, as Partes Contratantes adotaram a Resolução 4.15 sobre Áreas Marinhas Protegidas de Importância para a Conservação de Cetáceos, exortando as Partes a partilhar os seus esboços de planos para redes de AMPs que incluam habitats de cetáceos¹¹⁷ e a aparesentar propostas adicionais de AMPs¹¹⁸. A Resolução exorta as Partes a implementar o desenvolvimento de SPAMIs fora de jurisdição nacional como parte da sua rede regional¹¹⁹. O Anexo da referida resolução inclui uma listagem de 22 áreas de especial importância para cetáceos no espaço de aplicação do ACCOBAMS, incentivando as Partes a proceder à sua instituição e a promover a sua gestão efetiva¹²⁰.

¹¹⁷ Cfr. Artigo 2.º da Resolução 4.15 de 2010 do ACCOBAMS

¹¹⁸ Cfr. Artigo 5.º da Resolução 4.15 de 2010 do ACCOBAMS

¹¹⁹ Cfr. Artigo 4.º da Resolução 4.15 de 2010 do ACCOBAMS

¹²⁰ Ver PETRA DRANKIER, “Marine Protected...”, pp. 332-334

Na Sexta Reunião das Partes Contratantes que teve lugar entre 22 e 25 de novembro de 2016, no Mónaco, as Partes Contratantes adotaram a Resolução 6.24 sobre Novas Áreas de Conservação de Habitats de Cetáceos. A referida resolução, no seu artigo 4.º incentiva as Partes a utilizar a informação científica adquirida para promoverem mecanismos de conservação adequados, tais como a designação de áreas protegidas. Para além disso, a resolução, nos seus artigos 6.º e 7.º, incentiva o Secretariado Permanente a prosseguir e reforçar a sua colaboração com outras organizações relevantes.

SECÇÃO 6 - ACORDO SOBRE A CONSERVAÇÃO DOS PEQUENOS CETÁCEOS, NO MAR BÁLTICO, NO NORDESTE ATLÂNTICO, NO MAR DA IRLANDA E NO MAR DO NORTE

1. Celebração e Objetivos

Em 17 de março de 1992, em Nova Iorque, EUA, foi assinado o Acordo sobre a Conservação dos Pequenos Cetáceos no Mar Báltico e no Mar do Norte, tendo entrado em vigor em 29 de março de 1994. Originalmente, o âmbito de aplicação do ASCOBANS encontrava-se limitado ao Mar Báltico e ao Mar do Norte, mas em 3 de fevereiro de 2008, o acordo foi emendado, estendendo-se ao Nordeste Atlântico e ao Mar da Irlanda, passando a denominar-se oficialmente como Acordo sobre a Conservação dos Pequenos Cetáceos no Mar Báltico, no Nordeste Atlântico, no Mar da Irlanda e no Mar do Norte. O ASCOBANS conta atualmente com 10 Partes¹²¹.

Nos termos do seu artigo 1.º, o ASCOBANS aplica-se à generalidade das espécies de pequenos cetáceos no meio marinho do Mar Báltico, no Mar do Norte, na área contígua do Atlântico Nordeste e no Mar da Irlanda.

2. Medidas de Conservação ASCOBANS

De acordo com o n.º 1 do seu artigo 2.º, o propósito do ASCOBANS é a cooperação próxima entre as Partes de modo a atingir e manter um estatuto de conservação favorável para os pequenos cetáceos. O n.º 2 do mesmo artigo clarifica que cada Parte deverá aplicar, nos limites da sua jurisdição e de acordo com as suas obrigações internacionais, as medidas de conservação, investigação e gestão prescritas no Anexo do ASCOBANS. No entanto, as Partes têm o direito de tomar medidas mais

¹²¹ Embora Portugal não seja uma das dez Partes, é identificado como Estados Não Contratantes na Área de Distribuição (*Range State*). A UE assinou o acordo, mas não ratificou.

exigentes para a conservação dos pequenos cetáceos do que aquelas acordadas no âmbito do ASCOBANS.

A primeira medida de conservação enumerada no Anexo do ASCOBANS refere-se à conservação e gestão de habitats. No entanto, o texto da mesma apenas refere objetivos a prosseguir, nomeadamente a prevenção de despejos de substâncias danosas para a saúde dos animais; o desenvolvimento de artes de pesca e de práticas pesqueiras para reduzir as capturas acessórias e evitar artes de pesca à deriva ou abandonadas no mar; redução dos impactos nos animais de atividades que possam seriamente afetar os seus recursos alimentares; e prevenir outras perturbações significativas, especialmente de natureza acústica. Assim, o artigo não descreve o modo como a conservação e gestão de habitats deverá tomar lugar, nem refere expressamente o estabelecimento de AMPs.

SECÇÃO 7 - CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E AMBIENTE DA REGIÃO DO PACÍFICO SUL

1. Celebração e Objetivos

A Convenção para a Proteção dos Recursos Naturais e Ambiente da Região do Pacífico Sul foi assinada em 24 de novembro de 1986, em Nouméa, Nova Caledónia, e entrou em vigor em 22 de agosto de 1990, contando atualmente com 12 Partes Contratantes.

Nos termos do artigo 1.º e da alínea a) do artigo 2.º da Convenção de Nouméa, o âmbito geográfico de aplicação da convenção inclui as ZEEs estabelecidas na Região do Pacífico Sul, bem como as áreas do alto mar fora de jurisdição nacional que se encontrem completamente cercadas pelas ZEEs.

A Convenção de Nouméa visa assegurar que a exploração de recursos no Oceano Pacífico decorre em harmonia com a manutenção da qualidade ambiental da região e que inclui os princípios da gestão sustentável de recursos¹²². De acordo com o n.º1 do artigo 5.º da Convenção, como obrigação geral, as Partes deverão proceder, individualmente ou em conjunto, à tomada de todas as medidas apropriadas para reduzir e controlar a poluição na Área da Convenção de qualquer fonte, bem como para garantir uma sólida gestão ambiental e do desenvolvimento dos recursos naturais, utilizando as melhores práticas disponíveis e de acordo com as suas capacidades.

¹²² Ver STEPHEN HODGSON, *et al.*, *Towards a Possible...*, p. 41

Ao longo dos seus artigos, a Convenção de Nouméa refere expressamente diversas fontes de poluição em relação às quais as Partes Contratantes devem tomar as medidas apropriadas, designadamente poluição proveniente de embarcações, de origem terrestre, de atividades no fundo marinho e atmosférica¹²³. Para além disso, a Convenção prevê igualmente que as Partes Contratantes deverão tomar as medidas apropriadas para lidar com a eliminação de resíduos, o armazenamento de resíduos tóxicos ou perigosos, o teste de engenhos nucleares, e com a erosão mineira e costeira¹²⁴.

O artigo 14.º da Convenção de Nouméa dedica-se às áreas especialmente protegidas e à proteção da flora e fauna selvagens, exortando as Partes Contratantes a, individualmente ou conjuntamente, tomar todas as medidas apropriadas para proteger e preservar os ecossistemas raros ou frágeis, bem como flora e fauna sobreexploradas, ameaçadas ou em risco de extinção e os seus habitats. De modo a atingir estes objetivos, a Convenção exorta as partes a estabelecer áreas protegidas, a proibir ou regular qualquer atividade propensa a causar efeitos adversos nas espécies, ecossistemas ou processos biológicos que as áreas visam proteger. As Partes devem trocar informação sobre a administração e gestão das áreas especialmente protegidas.

2. Protocolos à Convenção

Em 25 de novembro de 1986, em Nouméa, Nova Caledónia, as Partes da Convenção de Nouméa assinaram o Protocolo sobre a Prevenção de Poluição por Despejos de Resíduos na Região do Pacífico Sul e o Protocolo relativo à Cooperação no Combate às Emergências de Poluição na Região do Pacífico Sul, tendo os mesmos entrado em vigor em 1990.

O primeiro Protocolo referido constitui um instrumento para as Partes da Convenção de Nouméa cumprirem as suas obrigações no âmbito da Convenção para a Prevenção da Poluição Marinha Causada por Operações de Imersão de Detritos e Outros Produtos da OMI, tendo como objetivo a prevenção, redução e controlo da poluição por despejos de resíduos e outros produtos no Pacífico Sul. Por sua vez, o segundo Protocolo referido faz parte do enquadramento legal para a proteção dos recursos naturais e ambiente tal como definido na Convenção de Nouméa, tendo como objetivo

¹²³ Cfr. Artigos 6.º a 9.º da Convenção de Nouméa.

¹²⁴ Cfr. Artigos 10.º a 13.º da Convenção de Nouméa

uma cooperação reforçadas entre as Partes para a proteção da Região do Pacífico Sul das ameaças e efeitos de incidentes poluidores.

SECÇÃO 8 - COMISSÃO DE PESCAS DO ATLÂNTICO NORDESTE

1. Convenção sobre a Futura Cooperação Multilateral nas Pescas do Atlântico Nordeste

A Convenção sobre a Futura Cooperação Multilateral nas Pescas do Atlântico Nordeste foi assinada em 18 de novembro de 1980, em Londres, Reino Unido, tendo entrado em vigor em 17 de março de 1982. A referida convenção estabeleceu a Comissão das Pescas do Atlântico Nordeste, substituindo uma anterior Comissão com o mesmo nome estabelecida pela Convenção das Pescas do Atlântico Nordeste em 24 de janeiro de 1959. A NEAFC conta atualmente com 5 Partes Contratantes, sendo estas a Dinamarca, em relação às Ilhas Faroé e à Gronelândia, a União Europeia, a Islândia, a Noruega e a Federação Russa e outras 5 Partes Cooperantes Não Contratantes.

2. Comissão das Pescas do Atlântico Nordeste

A NEAFC é uma ORGP com competência sobre as atividades de pesca e atos relacionados na sua Área de Convenção que, nos termos da alínea a) do artigo 1.º da sua Convenção, inclui a generalidade do Oceano Atlântico Nordeste. De acordo com a alínea b) do mesmo artigo, os recursos haliêuticos sob os quais a NEAFC tem competência incluem os peixes, moluscos e crustáceos, incluindo as espécies sedentárias, com exceção na medida em que sejam objeto de outros acordos internacionais, das espécies altamente migradoras constantes do anexo I da CNUDM e das unidades populacionais anádromas.

O objetivo da Convenção, segundo o seu artigo 2.º, é garantir a conservação a longo-prazo e a utilização ótima dos recursos haliêutico na Área da Convenção, de modo a proporcionar benefícios económicos, ambientais e sociais sustentáveis.

Tal como anteriormente referido, a Convenção estabelece uma Comissão, a NEAFC, devendo as suas funções cumprir os objetivos no mencionado artigo 2.º, garantido que as suas recomendações são baseadas nos melhores pareceres científicos disponíveis, com aplicação do princípio da precaução, que toma em devida conta o impacto das pescas nas outras espécies e ecossistemas marinhos para minimizar

impactos prejudiciais, e que toma em devida conta a necessidade de conservação da diversidade biológica marinha, de acordo com o seu artigo 3.º

Nos termos do n.º 1 do artigo 5.º da Convenção, a NEAFC pode, quando apropriado, formular recomendações relativamente a pescas conduzidas em áreas fora de jurisdição nacional pelas Partes Contratantes, tendo as mesmas de ser adotadas por uma maioria qualificada. A NEAFC pode igualmente apresentar recomendações de medidas de controlo relativamente a pescas conduzidas em áreas fora de jurisdição nacional pelas Partes Contratantes, bem como medidas quanto à recolha de informação estatística em áreas fora de jurisdição nacional¹²⁵.

De acordo com o artigo 7.º da Convenção, a NEAFC pode considerar medidas como a regulamentação de artes de pesca e aparelhos, incluindo a malhagem das redes de pesca; a regulamentação dos tamanhos mínimos dos espécimes que podem ser mantidos a bordo ou desembarcado ou colocado à venda; o estabelecimento de períodos de defeso e de áreas de defeso; a melhoria e o aumento dos recursos haliêuticos, incluindo a propagação artificial, a transplantação de organismos e a transplantação de espécimes jovens; o estabelecimento totais admissíveis de captura e a alocação pelas Partes Contratantes; a regulamentação do esforço de pesca e a sua alocação pelas Partes Contratantes.

As recomendações adotadas pela NEAFC tornam-se legalmente vinculativas para as Partes Contratantes e entrou em vigor na data determinada pela NEAFC, não podendo esta ser antes do decorrer do período para a apresentação de objeções, nos termos do artigo 12.º da Convenção. Importa ter atenção que as recomendações não se tornam legalmente vinculativas para as Partes Contratantes que apresentarem objeções.

3. Medidas de Conservação e Gestão NEAFC

Em 2002, a NEAFC estabeleceu uma zona de defeso na Área de Rockall de modo a proteger os peixes juvenis e em 2004 adotou uma proibição provisória à pesca de fundo numa larga área na Dorsal Reykjanes e em quatro montes submarinos adjacentes à Dorsal. No ano de 2007, a NEAFC encerrou cinco áreas na Bacia de Hatton-Rockall à pesca de fundo para proteger recifes de corais de profundidade.

¹²⁵ Cfr. O n.º 1 do artigo 8.º e o n.º 1 do artigo 9.º da Convenção sobre a Futura Cooperação Multilateral nas Pescas do Atlântico Nordeste

Em abril de 2009, a NEAFC procedeu ao encerramento de cinco áreas na Dorsal Mesoatlântica em alto mar no Atlântico Nordeste à pesca de fundo. As áreas encerradas em 2009 correspondem largamente às AMPs designadas pela OSPAR, sendo que ambas as instituições se basearam nos conselhos científicos da ICES¹²⁶. No entanto, a decisão da NEAFC não foi tomada em consulta direta com a OSPAR, mas antes em resposta à pressão global na ONU para a melhor regulação das pescarias de profundidade com o objetivo de proteger a biodiversidade de profundidade e garantir a sustentabilidade das pescarias¹²⁷.

Em novembro de 2010, a NEAFC procedeu à adoção de uma recomendação sobre medidas de conservação e gestão para o encerramento de determinadas áreas em Hatton Bank, Rockhall Bank, Logachev Mounds e West Rockall Mounds na sua Área Regulatória com o objetivo de proteger VMEs de impactos adversos significativos em 2011¹²⁸. O período do encerramento de defeso das áreas referidas seria estendido com a Recomendação NEAFC 19 de 2014 e, posteriormente, com a Recomendação 10 de 2018, encontrando-se em vigor até 31 de dezembro de 2022.

SECÇÃO 9 - ORGANIZAÇÃO DAS PESCARIAS DO NOROESTE DO ATLÂNTICO

1. Convenção sobre a Futura Cooperação Multilateral nas Pescarias do Noroeste do Atlântico

Em 24 de outubro de 1978, em Otava, Canadá, foi assinada a Convenção sobre a Futura Cooperação Multilateral nas Pescarias do Noroeste do Atlântico, tendo esta entrado em vigor em 1 de janeiro de 1979. A Convenção conta atualmente com 12 Partes Contratantes, incluindo a União Europeia, a Dinamarca, em relação às Ilhas Faroé e à Gronelândia, e a França, em relação a São Pedro e Miquelon.

Nos termos do seu artigo 1.º, a área de aplicação da Convenção, denominada Área da Convenção, corresponde à generalidade do Oceano Atlântico Noroeste, incluindo as áreas fora de jurisdição nacional e existindo alguma sobreposição geográfica marginal com o Mar dos Sargãos. Tal como determinado no n.º 4 do referido artigo, a Convenção aplica-se a todos os recursos haliêuticos, excetuando

¹²⁶ Ver JULIEN ROCHETTE, *et al.*, *Governing the “High Seas”...*, p. 9

¹²⁷ Ver GJERDE, KRISTINE M. e ANNA RULSKA-DOMINO, “Marine...”, p. 357

¹²⁸ Ver PETRA DRANKIER, “Marine Protected...”, pp. 326 e 327

salmão, atum e marlim, as unidades populacionais de cetáceos geridas pela CBI, e as espécies sedentárias na plataforma continental.

2. Estabelecimento e Objetivos

A Convenção, no seu artigo 2.º, procede ao estabelecimento da Organização das Pescarias do Noroeste do Atlântico, uma organização internacional com o objetivo de contribuir, através de consultas e cooperação, para a utilização ótima dos recursos haliêuticos presentes na Área da Convenção, bem como para a sua conservação e gestão racional.

No seu artigo 11.º, a Convenção à criação de uma Comissão de Pescas NAFO responsável pela gestão e conservação dos recursos haliêuticos na Área da Convenção. A Comissão de Pescas NAFO tem competência para a adoção de propostas de ações conjuntas para as Partes Contratantes de modo a atingir a utilização ótima dos recursos haliêuticos, devendo tomar em consideração a informação e os conselhos relevantes transmitidos pelo seu conselho científico.

As propostas adotadas pela Comissão de Pescas NAFO tornam-se legalmente vinculativas para as Partes Contratantes, após a decorrência de um período para a apresentação de objeções, exceto para as Partes Contratantes que apresentaram objeções, nos termos dos artigos 11.º e 12.º da Convenção.

3. Medidas de Conservação e Execução NAFO

Em setembro de 2010, a NAFO, num compromisso de aplicar uma abordagem ecossistémica na gestão das pescas, concordou em melhor definir as disposições para a proteção de VMEs de impactos adversos significativos de pescarias de fundo, incluindo a extensão do defeso de seis montes submarinos nos quatro anos seguintes¹²⁹.

O capítulo II do conjunto de medidas de conservação e execução adotadas pela NAFO para o ano de 2018 dedica-se à proteção de VMEs na Área Regulatória de atividades de pesca de fundo. No n.º 1 do seu artigo 17.º, prevê-se áreas de defeso à pesca de fundo em 6 montes submarinos até 31 de dezembro de 2020, encontrando-se os mesmos em áreas fora de jurisdição nacional. Por sua vez, o n.º 2 do mesmo artigo

¹²⁹ Ver PETRA DRANKIER, “Marine Protected...”, p. 327

prevê períodos de defeso à pesca de fundo para a proteção de um recife de corais de profundidade igualmente até 31 de dezembro de 2020, encontrando-se o mesmo parcialmente em área fora de jurisdição nacional. Por fim, o n.º 3 prevê períodos de defeso para a proteção de 14 áreas de alta concentração de esponjas e corais fora de jurisdição nacional, durante o mesmo período temporal.

As medidas de conservação e execução adotadas no âmbito da NAFO preveem também, no seu artigo 19.º, que qualquer Parte Contratante que se proponha a participar em atividades exploratórias de pesca de profundidade tenha de submeter, em apoio da sua proposta, uma avaliação preliminar dos impactos conhecidos e antecipados da atividade de pesca de fundo, exercidos pelas embarcações que arvoem a sua bandeira, em VMEs. A avaliação preliminar é posteriormente remetida pela Comissão de Pescadas NAFO ao órgão científico da organização para a sua análise.

SECÇÃO 10 - COMISSÃO GERAL DAS PESCAS DO MEDITERRÂNEO

1. Acordo para a Instituição da Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo

O estabelecimento do Conselho Geral das Pescas do Mediterrâneo, ao abrigo do artigo 14.º da Constituição da FAO, ocorreu na Conferência da FAO de 1949, tendo entrado em vigor em 20 de fevereiro de 1952.

Após uma emenda ao Acordo para a Instituição da Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo, em 1997, a GFCM foi renomeada “Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo”. A referida emenda estipulou também novas obrigações para as Partes Contratantes, destacando-se a obrigação de contribuir um orçamento autónomo, anteriormente a GFCM era dependente do orçamento da FAO, tendo as novas obrigações entrado em vigor em 29 de abril de 2004. A GFCM tem atualmente 24 Partes Contratantes, incluindo a União Europeia.

O objetivo do Acordo, de acordo com o n.º 2 do seu artigo 2.º é garantir a conservação e o uso sustentável, ao nível social, económico e ambiental, dos recursos marinhos vivos, bem como o desenvolvimento sustentável na sua área de aplicação. O seu artigo 3.º determina que a área de aplicação compreende as águas marinhas do Mar Mediterrâneo e do Mar Negro. A GFCM permite a coordenação e regulação das

pescarias regionais partilhadas, excluindo os tunídeos e espécies afins, constantes na sua área de aplicação¹³⁰.

2. A Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo

Nos termos do artigo 5.º do Acordo para a Instituição da Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo, prevê como princípios gerais para a GFCM a adoção de recomendações sobre medidas de conservação e gestão visando assegurar a sustentabilidade a longo-prazo das atividades pesqueiras, de modo a preservar os recursos marinhos vivos, bem como a viabilidade económica e social das pescas e da aquacultura. As medidas formuladas devem ser baseadas nos melhores pareceres científicos disponíveis, tendo em consideração os relevantes fatores ambientais, económicos e sociais, e aplicando o princípio da precaução.

Entre as obrigações da GFCM, listadas no artigo 8.º do Acordo, encontra-se a obrigação de regularmente rever e avaliar o estado dos recursos marinhos vivos. A GFCM tem igualmente a obrigação de formular e recomendar as medidas apropriadas para a conservação e gestão dos recursos vivos na área de aplicação do acordo; para minimizar os impactos das atividades de pesca nos recursos marinhos vivos e nos seus ecossistemas; para adotar planos de gestão multianuais baseados na abordagem ecossistemática; para estabelecer zonas de restrição de pescas visando a proteção de VMEs, incluindo zonas de desova e reprodução, para além de medidas complementares similares.

Nos termos do artigo 14.º do Acordo, as decisões adotadas pela GFCM são legalmente vinculativas, devendo as Partes Contratantes transpor, como apropriado, as recomendações adotadas nas suas leis e regulamentos nacionais ou nos instrumentos legais apropriados da organização regional de integração económicas¹³¹.

3. Recomendações GFCM

Em 2006, a GFCM adotou a Recomendação GFCM/2006/3 relativa ao estabelecimento de áreas restritivas de pescas com vista à proteção de habitats de profundidade sensíveis. A Recomendação adota uma proibição de pescarias de arrasto

¹³⁰ Ver SABINE CHRISTIANSEN, “High Seas MPAs...”, p. 17

¹³¹ Ver JOHN F. CADDY, *The Role of GFCM in Regional Fisheries Management*, Brussels, European Parliament, 2012, pp. 17-20

em três áreas de particular interesse ecológico, entre os quais dois se encontram em áreas fora de jurisdição nacional, o ecossistema Nile Delta e o monte submarino Eratosthemes¹³².

Em 2013, a GFCM adotou a Recomendação GFCM/37/2013/1 sobre a gestão das pescas por áreas, incluindo através do estabelecimento de Áreas Restringidas às Pescas na área da convenção GFCM e a coordenação com as iniciativas UNEP para o estabelecimento de SPAMIs. De acordo com o primeiro parágrafo desta Recomendação, a designação de Áreas Restringidas às Pescas para a conservação e gestão dos recursos haliêuticos numa abordagem ecossistémicas da gestão de pescas, incluindo nos casos em que a sua localização seja coincidente na totalidade ou parcialmente com SPAMIs, deverá ser efetuada pela GFCM, particularmente em áreas no alto mar. A designação das referidas Áreas deverá basear-se em evidências científicas e técnicas sólidas do órgão científico da organização.

SECÇÃO 11 - ORGANIZAÇÃO DAS PESCARIAS DO ATLÂNTICO SUDESTE

1. Convenção sobre a Conservação e a Gestão dos Recursos Haliêuticos no Atlântico Sudeste

A Convenção sobre a Conservação e a Gestão dos Recursos Haliêuticos no Atlântico Sudeste foi assinada em 20 de abril de 2001, em Windhoek, Namíbia, tendo entrado em vigor em 13 de abril de 2003 e substituído a anterior Comissão Internacional para as Pescas do Atlântico Sudeste. A referida Convenção tem atualmente sete Partes Contratantes, sendo estas Angola, a União Europeia, o Japão, a Coreia do Sul, a Namíbia, a Noruega e a África do Sul.

De acordo com o artigo 2.º da Conservação e a Gestão dos Recursos Haliêuticos no Atlântico Sudeste, o seu objetivo é assegurar a conservação a longo prazo e a exploração sustentável dos recursos de pesca na Área da Convenção. Tal como definido na alínea l) do artigo 1.º), os recursos haliêuticos abrangidos pela convenção incluem os peixes, moluscos, crustáceos e outras espécies sedentárias que evoluem na Área da Convenção, com exclusão das espécies sedentárias sujeitas à jurisdição de pesca dos Estados costeiros e das espécies altamente migradoras constantes do Anexo I da CNUDM. A Área da Convenção encontra-se delimitada no artigo 4.º da convenção, correspondendo, essencialmente, ao Oceano Atlântico Sudeste.

¹³² Ver SABINE CHRISTIANSEN, “High Seas MPAs...”, p. 17

Os princípios gerais da convenção, listados no seu artigo 3.º, demonstram uma preocupação considerável com a biodiversidade marinha, sendo estes a adoção de medidas, com base nos melhores dados científicos para assegurar a conservação a longo prazo e a exploração sustentável dos recursos haliêuticos; a aplicação da abordagem de precaução; a aplicação das disposições da convenção tendo devidamente em conta a incidência das operações de pesca nas espécies ecologicamente ligadas, nomeadamente aves marinhas, cetáceos, focas e tartarugas marinhas; a adoção, sempre que necessário, de medidas de conservação e de gestão das espécies pertencentes ao mesmo que os recursos haliêuticos capturados ou a eles associadas ou deles dependentes; a redução ao mínimo dos efeitos das práticas de pesca e das medidas de gestão no conjunto dos recursos marinhos vivos; e a preservação da biodiversidade do meio marinho.

2. Comissão SEAFO

A Convenção sobre a Conservação e a Gestão dos Recursos Haliêuticos no Atlântico Sudeste, no seu artigo 6.º, procede igualmente à criação da Comissão SEAFO, tendo esta como funções, entre outras, a identificação das necessidades de conservação e de gestão; a formulação e adoção de medidas de conservação e de gestão; a determinação dos totais admissíveis de capturas e/ou níveis de esforço de pesca, atendendo à mortalidade por pesca global, incluindo a de espécies não-alvo; acompanhar o estado das unidades populacionais e reunir, analisar e divulgar as informações pertinentes sobre as unidades populacionais; incentivar, promover e, se for caso disso mediante acordo, coordenar a investigação científica sobre os recursos haliêuticos na Área da Convenção e nas águas adjacentes sob jurisdição nacional; e gerir as unidades populacionais com base na abordagem de precaução.

O n.º 8 do mesmo artigo esclarece que, para cumprir as suas funções, a Comissão SEAFO pode tomar medidas com os seguintes elementos: as quantidades de quaisquer espécies que podem ser capturadas; as áreas e períodos em que pode ser exercida a pesca; o tamanho e o sexo de quaisquer espécies que podem ser capturadas; as artes e técnicas de pesca autorizadas; o nível de esforço de pesca autorizado, incluindo o número de navios autorizados, assim como os respetivos tipos e tamanhos; a designação das regiões e sub-regiões; outras medidas de regulamentação das pescarias para efeitos de proteção das espécies; e outras medidas que a Comissão considere necessárias para cumprir o objetivo da convenção.

Nos termos do artigo 23.º, as medidas de conservação, de gestão e de controlo adotadas pela Comissão SEAFO tornam-se vinculativas para as Partes Contratantes, após a notificação das Partes Contratantes pelo Secretário Executivo e a decorrência de um prazo para a apresentação de objeção. Caso uma Parte Contratante notificar a Comissão SEAAFO de que não está em posição de aceitar a medida, esta não será legalmente vinculativa para a Parte Contratante em causa.

3. Medidas de Conservação SEAFO

Em 2006, o Comité Científico da SEAFO recomendou o encerramento à pesca de 13 montes submarinos na Área da Convenção, dos quais cinco se encontravam na plataforma continental estendida da Namíbia e da África do Sul e os outros oito plenamente fora de jurisdição nacional. No mesmo ano, a Comissão SEAFO adotou a Medida de Conservação SEAFO 06/06 estipulando a proibição de todas as atividades de pesca de unidades populacionais abrangidas pela Convenção em 10 montes submarinos, correspondendo aos identificados anteriormente pelo Comité Científico, mas excluindo dois na plataforma continental da Namíbia e outro na Área. A proibição aplicar-se-ia no período entre 1 de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2010.

Em 2010, no âmbito da Medida de Conservação SEAFO 18/10, a Comissão SEAFO reviu a medida de conservação anteriormente referida, concordando no encerramento a atividades de pesca em 11 montes submarinos, tal como recomendado pelo seu Comité Científico. A nova medida de conservação não incluiu uma data para o seu termo de vigência.

A Medida de Conservação SEAFO 06/06 estipulou igualmente que a Comissão SEAFO deveria considerar, na seguinte Reunião Anual, permitir o acesso à pequena pesca e a pesca experimental restrita, a partir de 1 de janeiro de 2008, numa área que não excedesse 20% da área de pesca de cada monte submarino. Na Reunião Anual de 2007, a Comissão SEAFO, na sua Medida de Conservação SEAFO 11/07, decidiu manter os encerramentos de pesca definidos na Medida de Conservação SEAFO 06/06, tal como recomendado pelo seu Comité Científico.

No entanto, a Comissão SEAFO, na Medida de Conservação SEAFO 11/07, estipulou também procedimentos para permitir a retomada das pescas na área encerrada. Em primeiro lugar, a necessidade de identificar e mapear os VMEs e uma avaliação do impacto da retomada das atividades das pescas nesses VMEs, tendo essa informação de

ser submetida ao Comité Científico. Em segundo lugar, as Partes Contratantes deveriam submeter planos de investigação no domínio das pescas para avaliação do Comité Científico sobre o impacto das pescarias propostas nos recursos haliêuticos e nas VMEs, sendo posteriormente submetida uma recomendação pelo Comité Científico à Comissão SEAFO.

Em 2007, o Comité Científico recomendou uma proibição de toda a pesca de arrasto e com redes de emalhar, atendendo ao provável impacto nos habitats vulneráveis nos montes submarinos na Área da Convenção SEAFO. As Partes Contratantes não aceitaram esta recomendação, tendo considerado que todas as artes de pesca podem ter impacto nos habitats vulneráveis, pelo que não se justificava uma diferença entre estas. No entanto, em 2009, na sequência da proibição da utilização de redes de emalhar na Área CCAMLR, aprovaram a proibição da utilização desta arte de pesca na Área da Convenção SEAFO¹³³.

Importa notar que, de acordo com o artigo 5.º da Medida de Conservação SEAFO 26/13, adotada em 12 de dezembro de 2013 e com entrada em vigor em 15 de fevereiro de 2014, as Partes Contratantes devem requerer que as embarcações que arvore o seu pavilhão cessem as atividades de pesca em qualquer local da Área da Convenção, caso, no decurso das operações de pesca, evidência de VMEs seja encontrada, tendo de reportar o encontro, incluindo a localização e o tipo de ecossistema, ao Secretário Executivo, de modo a que as medidas apropriadas possam ser tomadas.

SECÇÃO 12 - ACORDO DE PESCA PARA O OCEANO ÍNDICO SUL

1. Acordo de Pesca para o Oceano Índico Sul

O Acordo de Pesca para o Oceano Índico Sul foi assinado em 7 de julho de 2006, em Roma, Itália, tendo entrado em vigor em 21 de junho de 2012. O SIOFA conta atualmente com 9 Partes Contratantes, sendo estas a Austrália, as Ilhas Cook, a União Europeia, a França em relação aos seus territórios no Oceano Índico, o Japão, a Coreia do Sul, a Maurícia, as Seicheles, e a Tailândia.

¹³³ Ver YOSHINOBU TAKEI, *Filling Regulatory Gaps in High Seas Fisheries: Discrete High Seas Fish Stocks, Deep-sea Fisheries and Vulnerable Marine Ecosystems*, Leiden, Martinus Nijhoff Publishers, 2013, pp. 157-160, DANIELA DIZ PEREIRA PINTO, *Fisheries Management in Areas beyond National Jurisdiction: The Impact of Ecosystem Based Law-making*, Leiden, Martinus Nijhoff Publishers, 2012, p. 154

Nos termos do artigo 2.º do SIOFA, este acordo tem como objetivo assegurar a conservação a longo prazo e a exploração sustentável dos recursos haliêuticos na Zona de Aplicação através da cooperação entre as Partes Contratantes e promover o desenvolvimento sustentável da pesca na Zona, atendendo às necessidades dos Estados em desenvolvimento que sejam Partes Contratantes no Acordo. O âmbito geográfico de aplicação do SIOFA, denominado de Zona de Aplicação, corresponde ao Oceano Índico Sul, com exclusão das águas sob jurisdição nacional, tal como definido no seu artigo 3.º.

Os recursos haliêuticos abrangidos pelo SIOFA incluem os peixes, moluscos, crustáceos e outras espécies sedentárias que evoluem na Zona, com exclusão das espécies sedentárias sujeitas à jurisdição de pesca dos Estados costeiros, em conformidade com a CNUDM, e das espécies altamente migradoras constantes do anexo I da CNUDM, tal como definido na alínea f) do artigo 1.º do SIOFA.

O artigo 4.º do SIOFA estabelece como princípios gerais a adoção de medidas com base nos melhores pareceres científicos disponíveis, por forma a assegurar a conservação dos recursos haliêuticos a longo prazo, atendendo à sua exploração sustentável e à aplicação de uma abordagem ecológica para a sua gestão; a adoção de medidas por forma a assegurar que o nível das atividades de pesca seja compatível com a exploração sustentável dos recursos haliêuticos; a aplicação da abordagem de precaução; a gestão dos recursos haliêuticos por forma a mantê-los em níveis suscetíveis de garantir o rendimento máximo sustentável e a reconstituir as unidades populacionais de peixes depauperadas para atingirem esses níveis; tomada em devida consideração, no âmbito das atividades de pesca e das medidas de gestão, da necessidade de reduzir ao mínimo os efeitos prejudiciais das atividades de pesca no ambiente marinho; a proteção da biodiversidade no ambiente marinho; e o pleno reconhecimento das exigências especiais dos Estados em desenvolvimento na Zona.

2. Reunião das Partes Contratantes

As Partes Contratantes do SIOFA reúnem-se periodicamente para examinar os assuntos ligados à execução do Acordo e para tomar quaisquer decisões pertinentes na matéria, nos termos do artigo 5.º do SIOFA.

A reunião das Partes Contratantes terá por objeto, segundo o artigo 6.º do SIOFA, nomeadamente o exame do estado dos recursos haliêuticos, incluindo a sua abundância e o nível da sua exploração; a avaliação do impacto da pesca nos recursos

haliêuticos e no ambiente marinho, atendendo às características ambientais e oceanográficas da Zona, outras atividades humanas e fatores ambientais; formular e adotar as medidas de conservação e de gestão necessárias para assegurar a sustentabilidade dos recursos haliêuticos a longo prazo, atendendo às necessidades de proteger a biodiversidade marinha, com base nos melhores pareceres científicos disponíveis; e adotar quaisquer normas internacionais mínimas geralmente recomendadas para o exercício responsável das operações de pesca.

O artigo 10.º do SIOFA prevê explicitamente como obrigação das Partes Contratantes do SIOFA rápida execução do Acordo, assim como qualquer medida de conservação e de gestão ou outras medidas ou questões que venham a ser acordadas na reunião das Partes, bem como a tomada das medidas adequadas, a fim de garantir a eficácia das medidas adotadas na reunião das Partes.

3. Medidas de Conservação e Gestão SIOFA

Durante a Terceira Reunião das Partes Contratantes, que teve lugar entre 3 e 8 de julho de 2016, na Ilha da Reunião, França, as Partes Contratantes adotaram a Medida de Conservação e Gestão SIOFA 2016/01 relativa à gestão interina da pesca de fundo no espaço de aplicação do SIOFA. O primeiro parágrafo desta medida explicita que o objetivo da mesma é promover a gestão sustentável dos recursos haliêuticos de profundidade na espaço de aplicação da convenção, incluindo das unidades populacionais alvo e não-alvo, para proteger o ecossistema marinho, incluindo a prevenção de impactos adversos significativos em VMEs.

A Medida de Conservação e Gestão SIOFA 2016/01 estipulou igualmente que o Comité Científico do SIOFA, antes do final da reunião ordinária do Comité Científico de 2017, teria de mapear os VMEs que são conhecidos a ocorrer ou que possam vir a ocorrer no espaço de aplicação do SIOFA e desenvolver protocolos uniformizados para a futura designação de áreas protegidas, áreas que seriam encerradas às pescas.

Para além disso, antes do final da reunião ordinária do Comité Científico de 2019, o Comité Científico ficou encarregado de desenvolver e providenciar conselhos e recomendações sobre o estado das unidades populacionais dos principais recursos haliêuticos-alvo e, dentro do possível, capturados acessoriamente ou incidentalmente, no mar profundo, incluindo das unidades populacionais transzonais. O Comité Científico ficou também encarregado de desenvolver e providenciar conselhos e

recomendações relativamente aos critérios para a definição de um encontro com um VME, bem como para a resposta mais apropriada a um encontro com um VME, incluindo o encerramento de áreas específicas a artes de pesca específica.

A Medida de Conservação e Gestão SIOFA 2016/01 previu também um conjunto de medidas interinas para a pesca de fundo até a Reunião das Partes atuar relativamente aos conselhos do Comité Científico anteriormente referidos, sendo que cada Parte Contratante deveria estabelecer e aplicar medidas específicas para limitar o nível e a extensão espacial do esforço de pesca de fundo dos navios de pesca que arvorem o seu pavilhão. As medidas podem incluir limites ao esforço de pesca de fundo e/ou capturas, disposições para garantir que a pesca de fundo não tem um impacto adverso significativo sobre VME e disposições que garantam que os navios de pesca que arvorem o seu pavilhão não é autorizado a pescar em áreas que a Reunião das Partes tenha decidido encerrar à pesca.

Na Quarta Reunião das Partes Contratantes SIOFA, que tomou lugar entre 26 e 30 de junho de 2017, na Maurícia, a Reunião das Partes adotou a Medida de Conservação e Gestão SIOFA 2017/01 para a gestão interina da pesca de fundo no espaço de aplicação do SIOFA, substituindo a Medida de Conservação e Gestão 2016/01. No entanto, as obrigações previstas são essencialmente as mesmas.

TÍTULO VIII – RECENTES DESENVOLVIMENTOS NA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

1. BBNJ Working Group

Em 17 de novembro de 2004, a Assembleia Geral da ONU acordou, no parágrafo 73 da Resolução da Assembleia Geral da ONU 59/24 sobre oceanos e o direito do mar, o estabelecimento do Grupo de Trabalho Informal Aberto Ad Hoc para o Estudo de Questões relativas à Conservação e Uso Sustentável de Diversidade Biológica Marinha fora de Áreas de Jurisdição Nacional.

O *BBNJ Working Group* tem como objetivos estudar as atividades da ONU e de outras organizações internacionais relevantes relativamente à conservação e ao uso sustentável da diversidade biológica marinha em áreas fora de jurisdição nacional; examinar os aspetos científicos, técnicos, económicos, legais, ambientais,

socioeconómicos e outros destas matérias; identificar os pontos e questões fundamentais em relação aos quais estudos preliminares mais detalhados facilitariam a consideração pelos Estados destas matérias; indicar, quando apropriado, possíveis opções e abordagens para promover a cooperação internacional e a coordenação para a conservação e uso sustentável de diversidade biológica marinha em áreas fora de jurisdição nacional.

A primeira reunião do *BBNJ Working Group* teve lugar entre 13 e 17 de fevereiro de 2006, na sede das Nações Unidas, tendo este grupo de trabalho se voltado a reunir em abril de 2008, em fevereiro de 2010, em maio e junho de 2011, em maio de 2012, em agosto de 2013, em abril de 2014 e em janeiro de 2015.

Ao longo das discussões, uma das questões sublinhadas foi a ausência de um instrumento global regulador do estabelecimento e monitorização de AMPs em áreas fora de jurisdição nacional, a ausência de requisitos de estudos compreensivos de impacto ambiental para novas atividades em áreas fora de jurisdição nacional, bem como a falta de coordenação entre as organizações internacionais encarregadas de regular as atividades setoriais específicas.

No âmbito das referidas reuniões, a UE apresentou uma proposta para a elaboração de um acordo de implementação para desenvolver um enquadramento mais específico para tratar da conservação e do uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas fora de jurisdição nacional. Outros Estados defenderam que uma implementação melhorada do enquadramento atual deveria ser a prioridade.

A maior controvérsia no âmbito das discussões *BBNJ Working Group* refere-se ao futuro regime para a exploração de recursos genéticos marinhos em áreas fora de jurisdição nacional. O Grupo dos 77 e a China apresentaram argumentos a favor da aplicação do conceito de “Património Comum da Humanidade”, previsto na CNUDM para os recursos mineiros no fundo marinho, aos recursos vivos no fundo marinho. Enquanto, outros Estados argumentam que se os redatores da CNUDM estivessem conscientes da existência dos recursos genéticos, tê-los-iam previsto explicitamente no regime dos fundos marinhos. A controvérsia levou igualmente a um impasse nas questões da proteção da biodiversidade, uma vez que foi acordado que estas questões

deviam estar ligadas às questões de acesso e partilha dos benefícios dos recursos genéticos marinhos¹³⁴.

Em 13 de fevereiro de 2015, os Copresidentes do *BBNJ Working Group* remeteram uma carta ao Presidente da Assembleia Geral da ONU¹³⁵, informando-o da conclusão do mandato do grupo de trabalho. A carta inclui também um conjunto de recomendações à Assembleia Geral adotadas por consenso no grupo de trabalho.

Entre outras recomendações, o *BBNJ Working Group* sublinhou a necessidade de um regime legal compreensivo para lidar com a conservação e uso sustentável de diversidade biológica marinha em áreas fora de jurisdição nacional, tendo recomendado à Assembleia Geral o desenvolvimento de um instrumento legalmente vinculativo sob a CNUDM sobre a conservação e uso sustentável de diversidade biológica marinha em áreas fora de jurisdição nacional.

O *BBNJ Working Group* recomendou igualmente que as negociações tratem também das questões, conjuntamente e na sua totalidade, dos recursos marinhos genéticos, incluindo a divisão de benefícios, e de ferramentas de gestão por áreas, incluindo AMPs, impactos de avaliação ambiental, reforço de capacidades e transferência de tecnologia marinha.

2. Nova Meta para o Estabelecimento de uma Rede Representativa de Áreas Marinhas Protegidas

No âmbito das discussões do *BBNJ Working Group*, diversas delegações sublinharam a falta de progresso para atingir o compromisso previsto no Plano de Implementação da Cimeira de Joanesburgo de estabelecer uma rede representativa de AMPs até 2012.

Atendendo a essas dificuldades, em 27 de julho 2012, a Assembleia Geral da ONU adotou a Resolução 66/288, documento final da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável que teve lugar entre 12 e 23 de junho de 2012 no

¹³⁴ Relativamente ao progresso das discussões no âmbito do BBNJ Working Group, ver Ver DAVID FREESTONE, “Can we protect high seas...”, pp. 395-397

¹³⁵ Identificada como Documento A/69/780 da ONU

Rio de Janeiro, Brasil, alterando o prazo para 2020 e com um rácio de 10% das áreas marinhas e costeiras a serem incluídas nos sistemas de áreas protegidas¹³⁶.

3. Proposta de Novo Instrumento Legal

Com base nessas recomendações, em 19 de junho de 2015, a Assembleia Geral da ONU adotou a Resolução 69/292 sobre o desenvolvimento de um instrumento legalmente vinculativo sob a CNUDM sobre a conservação e uso sustentável da diversidade biológica marinha em áreas fora de jurisdição nacional.

Em 2015, Assembleia Geral da ONU concordou unanimemente iniciar uma série de quatro negociações de um Comité Preparatório para a apresentação de recomendações substantivas dos elementos do esboço do novo instrumento internacional, antes de organizar uma conferência internacional. A primeira reunião do Comité Preparatório ocorreu entre 28 de março e 8 de abril de 2016, a segunda reunião entre 26 de agosto e 9 de setembro do mesmo ano, a terceira reunião entre 27 de março e 7 de abril de 2017, e a última reunião teve lugar entre 10 e 21 de julho de 2017.

A primeira reunião do Comité Preparatório inclui considerações sobre o âmbito do instrumento internacional legalmente vinculativo e a sua relação com outros instrumentos, os princípios e abordagens orientadoras do instrumento, e a organização de grupos de trabalho informais para o tratamento das matérias anteriormente identificadas. A segunda reunião focou-se nas possíveis áreas de convergência das opiniões expressas pelos participantes dentro das diversas áreas de discussão. A terceira reunião serviu para o desenvolvimento das questões identificadas na reunião anterior. Por fim, a última reunião permitiu a adoção de um conjunto de recomendações sobre os elementos de um esboço de texto para o instrumento internacional legalmente vinculativo.

As recomendações do Comité Preparatório incluem diversas propostas para definição do termo “Áreas Marinhas Protegidas, sendo notória a preocupação com o desenvolvimento de um conceito amplo e flexível para englobar as áreas protegidas previamente criadas pelas ORGPs.

Relativamente ao processo para o estabelecimento de AMPs, as recomendações do Comité Preparatório incluem três opções. A primeira opção é um “modelo global”,

¹³⁶ Sobre a alteração do prazo para o estabelecimento de uma rede representativa de AMPs, ver TULLIO SCOVAZZI, “Marine protected areas in waters...”, pp. 214-216

segundo qual um enquadramento global abrangente seria criado para permitir a identificação, designação, gestão e execução das AMPs em áreas fora de jurisdição nacional. A segunda opção seria um modelo híbrido, implicando orientações e objetivos gerais desenvolvimentos no nível global para melhorar a cooperação e a coordenação e para providenciar um nível de supervisão às tomadas de decisões e implementação pelos mecanismos regionais e/ou setoriais. A terceira opção é o modelo regional e/ou setorial, segundo o qual a política geral orientadora para a promoção da cooperação e coordenação seria providenciar pelo nível global, ao mesmo tempo que seria reconhecida pela autoridade, sem fiscalização por um mecanismo global, das organizações regionais e setoriais nas suas tomadas de decisão.

As recomendações do Comité Preparatório também listam um variado conjunto de potenciais princípios e abordagens, critérios para a identificação e designação, para a implementação, monitorização e revisão, entre outros.

Em 24 de dezembro de 2017, a Assembleia Geral da ONU na sua Resolução 72/249 sobre o novo instrumento internacional legalmente vinculativo decidiu organizar uma conferência intergovernamental, sob os auspícios da ONU, para considerar as recomendações do Comité Preparatório, tendo em vista o desenvolvimento, o mais depressa possível, do instrumento legal.

A Assembleia Geral da ONU decidiu também que as negociações se irão debruçar sobre a conservação e uso sustentável de recursos marinhos biológicos em áreas fora de jurisdição nacional, particularmente recursos genéticos marinhos, incluindo as questões da partilha de benefícios, medidas de gestão de áreas, incluindo AMPs, impactos de avaliação ambiental e criação de capacidades e a transferência de tecnologias.

O processo negocial será organizado em 4 sessões de 10 dias de trabalho cada, uma no segundo semestre de 2018, duas em 2019 e outra no primeiro semestre de 2020. Uma reunião técnica terá lugar em Nova Iorque de 16 a 18 de abril de 2018 para discutir questões organizativas, incluindo o processo para a preparação do esboço do instrumento e a primeira ronda de negociações a ter lugar entre 4 e 17 de setembro de 2018.

BIBLIOGRAFIA

ARDRON, JEFF A., *et al.*, “The sustainable use and conservation of biodiversity in ABNJ: What can be achieved using existing international agreements?” in *Marine Policy*, Volume 49, Elsevier, pp. 98-108

ATTARD, DAVID, *The Exclusive Economic Zone in International Law*, Oxford, Clarendon, 1987

AUSTER, PETER J. *et al.*, “Definition and detection of vulnerable marine ecosystems on the high seas: problems with the “move-on” rule” in *ICES Journal of Marine Science*, Volume 68, N.º 2, International Council for the Exploration of the Sea, Oxford Journals, 2011, pp. 254-264

BAN, NATALIE C., *et al.*, “Systematic Conservation Planning: A Better Recipe for Managing the High Seas for Biodiversity Conservation and Sustainable Use” in *Conservation Letters*, Volume 7, Issue 1 January/February 2014, Wiley Periodicals, 2014, pp. 41-54

BASTOS, FERNANDO LOUREIRO, *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos: contributo para a compreensão do regime jurídico-internacional do aproveitamento conjunto de petróleo e de gás natural nas plataformas continentais, do potencial aproveitamento de recursos minerais na Área, da pesca no alto mar e os efeitos da regulamentação convencional respectiva em relação a terceiros Estados*, Lisboa, AAFDL, 2005

BASTOS, FERNANDO LOUREIRO, “O Direito Internacional do Mar e os Poderes dos Estados Costeiros”, in *Direito Administrativo do Mar*, Coimbra, Almedina, 2014

BROOKS, CASSANDRA M. “Competing values on the Antarctic high seas: CCAMLR and the challenge of marine-protected areas” in *The Polar Journal*, Volume 3, N.º 2, Taylor & Francis, 2013, pp. 277-300

CADDY, JOHN F., *The Role of GFCM in Regional Fisheries Management*, Brussels, European Parliament, 2012

CAMINOS, HUGO, “Contiguous Zone” in *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*, disponível em <http://opil.ouplaw.com/>

CHACÓN, MANUEL TRIGO, *Derecho Internacional Marítimo: La III Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar*, Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1996

CHRISTIANSEN, SABINE, “High Seas MPAs: regional approaches and experiences”, background document for the side event at the 12th UNEP Global Meeting of the Regional Seas Convention and Action Plans, WWF Germany, 2010

COELHO, NELSON FERNANDO, “A Proteção do Ambiente Marinho – Prolegómenos Jusinternacionalistas a uma Resposta Europeia”, in *Debater a Europa*, N.º 10, CIEDA e CEIS20, 2014, pp. 23-47

CORTÊS, ANTÓNIO e ARMANDO ROCHA, “O princípio da proteção do ambiente marinho na ordem jurídica global”, in *Direito do Mar: Novas Perspetivas*, coord. Maria da Glória Garcia, António Cortês, Armando Rocha, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2016, pp. 35-63

DRANKIER, PETRA, “Marine Protected Areas in Areas beyond National Jurisdiction” in *The International Journal of Marine and Coastal Law* 27, Leiden, Martinus Nijhoff Publishers, 2012, pp. 291-350

DRUEL, ELISABETH, *et al.*, *Governance of marine biodiversity in areas beyond national jurisdiction at the regional level: filling the gaps and strengthening the framework for action. Case studies from the North-East Atlantic, Southern Ocean, Western Indian Ocean, South West Pacific and the Sargasso Sea*, Paris, IDDRI e AAMP, 2012, p. 23

DUDLEY, NIGEL, *Guidelines for Applying Protected Area Management Categories*, Gland, Switzerland, IUCN, 2008

GJERDE, KRISTINE M., “Enhancing integrated management beyond national jurisdiction under the environmental provisions of the UN Convention on the Law of the Sea”, in *30 anos da assinatura da convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar: proteção do ambiente e o futuro do direito do mar: actas da conferência internacional*, coord. Marta Chantal da Cunha Ribeiro, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, pp. 441-452

GJERDE, KRISTINA M., *et al.*, “Protecting Earth's last conservation frontier: scientific, management and legal priorities for MPAs beyond national boundaries” in

Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems, Volume 26, N.º S2, September 2016, New Jersey, John Wiley & Sons, Ltd., 2016, pp. 45-60

GJERDE, KRISTINE M. e ANNA RULSKA-DOMINO, “Marine Protected Areas beyond National Jurisdiction: Some Practical Perspectives for Moving Ahead”, in *The International Journal of Marine and Coastal Law*, Vol. 27, IUCN – The International Union for Conservation of Nature, Martinus Nijhoff Publishers, 2012, pp. 351-373

HODGSON, STEPHEN, *et al.*, *Towards a Possible International Agreement on Marine Biodiversity in Areas Beyond National Jurisdiction*, Brussels, European Parliament, 2014

FARIA, DUARTE LYNCE DE, *A Jurisdição e a Delimitação dos Espaços Marítimos em Portugal: Do Rio Minho às Ilhas Selvagens, na Golada do Guadiana e no Mar de Timor*, Lisboa, AAFDL, 2002

FERRÃO, MARISA CAETANO, *A Delimitação da Plataforma Continental Além das 200 Milhas Marítimas*, Lisboa, AAFDL, 2009

FREESTONE, DAVID, “Can we protect high seas ecosystems under current international law? Lesson from the Sargasso Sea Project” in *30 anos da assinatura da convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar: proteção do ambiente e o futuro do direito do mar: actas da conferência internacional*, coord. Marta Chantal da Cunha Ribeiro, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, pp. 383-418

FREESTONE, DAVID, *et al.*, “Can existing institutions protect biodiversity in areas beyond national jurisdiction? Experiences from two on-going processes” in *Marine Policy*, Volume 49, Elsevier, 2014, pp. 167-175

FREESTONE, DAVID, *et al.*, “Place-based Dynamic Management of Large-Scale Ocean Places: Papahānaumokuākea and the Sargasso Sea” in *Stanford Environmental Law Journal*, Volume 33, n.º 2, 2014, pp. 191-248

FREESTONE, DAVID e FAITH BULGER, “The Sargasso Sea Commission: An innovative approach to the conservation of areas beyond national jurisdiction” in *Ocean Yearbook*, Volume 30, Leuven, Koninklijke Brill NV, 2016, pp. 80-90

FREESTONE, DAVID e KATE KILLERLAIN MORRISON, “The Signing of the Hamilton Declaration on Collaboration for the Conservation of the Sargasso Sea: A

New Paradigm for High Seas Conservation?” in *The International Journal of Marine and Coastal Law*, Volume 29, N.º 2, Leiden, Martinus Nijhoff Publishers, 2012, pp. 345-362

GUEDES, ARMANDO M. MARQUES, *Direito do Mar*, 2.ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1998

JOHNSON, LINDY S., *Coastal State Regulation of International Shipping*, Dobbs Ferry, Oceana, 2004

KELLEHER, GRAEME, *Guidelines for Marine Protected Areas*, Gland, Switzerland and Cambridge, UK, IUCN, 1999

LAFFOLEY, D. D'A., *et al.*, *The protection and management of the Sargasso Sea: The golden floating rainforest of the Atlantic Ocean. Summary Science and Supporting Evidence Case*, Sargasso Sea Alliance, 2012

NORONHA, FRANCISCO, *O ordenamento do espaço marítimo : para o corte com uma visão terrestremente centrada do ordenamento do território*, Coimbra, Almedina, 2014

O'LEARY, B. C., “The first network of marine protected areas (MPAs) in the high seas: The process, the challenges and where next” in *Marine Policy*, Volume 36, Elsevier, 2012, pp. 598-605

OTERO, PAULO, *A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos: Análise Estrutural e Natureza Jurídica*, Lisboa, AAFDL, 1998

PINTO, DANIELA DIZ PEREIRA, *Fisheries Management in Areas beyond National Jurisdiction: The Impact of Ecosystem Based Law-making*, Leiden, Martinus Nijhoff Publishers, 2012

RIBEIRO, MARTA CHANTAL, “Marine protected areas: the case of the extended continental shelf” in *30 anos da assinatura da convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar: proteção do ambiente e o futuro do direito do mar: actas da conferência internacional*, coord. Marta Chantal da Cunha Ribeiro, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, pp. 179-238

RIBEIRO, MARTA CHANTAL DA CUNHA MACHADO, *A proteção da biodiversidade marinha através de áreas protegidas nos espaços marítimos sob*

soberania ou jurisdição do Estado: discussões e soluções jurídicas contemporâneas: o caso português, Coimbra, Coimbra Editora, 2013

RIBEIRO, MARTA CHANTAL DA CUNHA MACHADO, ““Rainbow”, um exemplo mundial: a primeira área marinha protegida nacional em perspectiva sob águas do alto mar. À descoberta do tesouro do arco-íris” in *Revista do CEDOUA*, Volume 20, N.º 2, Coimbra, 2007, pp. 47-86

ROCHETTE, JULIEN, *et al.*, *Governing the “High Seas”-Linking global governance and regional implementation*, 2014 Potsdam Ocean Governance Workshop-Background Document, 2014

ROTHWELL, DONALD R. e TIM STEPHENS, *The International Law of the Sea*, Oxford, Oxford and Portland, 2013

SCOVAZZI, TULLIO, “Marine protected areas in waters beyond national jurisdiction”, in *30 anos da assinatura da convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar: proteção do ambiente e o futuro do direito do mar: actas da conferência internacional*, coord. Marta Chantal da Cunha Ribeiro, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, pp. 209-238

SCOVAZZI, TULLIO, “Marine Protected Areas on the High Seas: Some Legal and Policy Considerations” in *The International Journal of Marine and Coastal Law*, Volume 19, N.º 1, Leiden, Koninklijke Brill NV, 2004, pp.1-17

SCOVAZZI, TULLIO, “The conservation and sustainable use of marine biodiversity, including genetic resources, in areas beyond national jurisdiction: a legal perspective”, 2015, disponível em http://www.un.org/Depts/los/consultative_process/ICP12_Presentations/Scovazzi_Presentation.pdf

QUADROS, FAUSTO DE; PAULO OTERO e JORGE BACELAR GOUVEIA, *Portugal e o Direito do Mar*, Lisboa, Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2004

TAKEI, YOSHINOBU, *Filling Regulatory Gaps in High Seas Fisheries: Discrete High Seas Fish Stocks, Deep-sea Fisheries and Vulnerable Marine Ecosystems*, Leiden, Martinus Nijhoff Publishers, 2013

TANAKA, YOSHIFUMI, *The International Law of the Sea*, 2.^a Edição, Cambridge, Cambridge University Press, 2015

WOLF, SARAH, “Territorial Sea” in *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*, disponível em <http://opil.ouplaw.com>

ZANELLA, TIAGO VINICIUS, *Curso de Direito do Mar*, Curitiba, Juruá, 2013

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	5
ABSTRACT	7
ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS, SIGLAS E NÓTULAS BREVES	9
INTRODUÇÃO	12
TÍTULO I - ESPAÇOS MARÍTIMOS	13
SECÇÃO 1 - ESPAÇOS MARÍTIMOS SOB JURISDIÇÃO NACIONAL.....	13
1. Águas Interiores	13
2. Mar Territorial.....	13
3. Zona Contígua.....	14
4. Zona Económica Exclusiva	15
5. Plataforma Continental.....	16
SECÇÃO 2 - ESPAÇOS MARÍTIMOS FORA DE JURISDIÇÃO NACIONAL	17
1. Área	17
2. Alto Mar	18
TÍTULO II - AMEAÇAS AO MEIO MARINHO FORA DE JURISDIÇÃO NACIONAL	19
1. Pesca.....	19
2. Tráfego Marítimo	20
3. Espécies Invasoras.....	20
4. Poluição de Origem Telúrica.....	20
5. Exploração Mineira do Fundo Marinho	21
6. Alterações climáticas.....	21
TÍTULO III - DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS	22
1. Período de Impulso Nacional (1935-1968)	22
2. Período das Conferências Mundiais (1968-1992)	22
3. Período da Regulamentação Internacional (1992-).....	23
TÍTULO IV - CONCEITO DE ÁREA MARINHA PROTEGIDA.....	25
1. Elementos do Conceito de Área Marinha Protegida	25
2. Definições Propostas	26
TÍTULO V - BASE LEGAL NA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR.....	27
1. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar	27
2. Críticas ao Regime Legal	28
TÍTULO VI - FÓRUNS INTERNACIONAIS	29

SECÇÃO 1 - CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA	29
1. Adoção e Princípios	29
2. Rede Representativa de Áreas Marinhas Protegidas	31
SECÇÃO 2 - ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL	32
1. Convenção Instituidora da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental ...	32
2. Áreas Especiais MARPOL.....	33
SECÇÃO 3 - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA	33
1. Instituição e Objetivos.....	33
2. Ecossistemas Marinhos Vulneráveis.....	34
SECÇÃO 4 - COMISSÃO BALEEIRA INTERNACIONAL	36
1. Convenção Internacional para a Regulação da Atividade Baleeira.....	36
2. Santuários e Moratórios	36
SECÇÃO 5 - AUTORIDADE INTERNACIONAL DOS FUNDOS MARINHOS	37
1. Preocupações Ambientais	37
2. Áreas de Particular Interesse Ambiental	37
TÍTULO VII – FÓRUNS REGIONAIS.....	38
SECÇÃO 1 - CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO MEIO MARINHO DO ATLÂNTICO NORDESTE	38
1. Instituição e Princípios	38
2. Áreas Marinhas Protegidas OSPAR.....	39
SECÇÃO 2 - CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO MAR MEDITERRÂNEO CONTRA A POLUIÇÃO	40
1. Instituição e Protocolos	40
2. Santuário Pelagos	41
SECÇÃO 3 - TRATADO PARA A ANTÁRTIDA E A CONVENÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA MARINHAS DA ANTÁRTIDA.....	42
1. Sistema do Tratado Antártico.....	42
2. Tratado para a Antártida.....	42
3. Convenção para a Conservação de Focas Antárticas	43
4. Convenção sobre a Regulação de Atividades de Recursos Minerais Antárticas.....	44
5. Protocolo ao Tratado para a Antártida sobre a Proteção do Meio Ambiente	44
6. Convenção para a Conservação da Fauna e da Flora Marinhas da Antártida	45
SECÇÃO 4 - COMISSÃO DO MAR DOS SARGAÇOS	47
1. Mar dos Sargãos	47
2. Aliança do Mar dos Sargãos.....	48
3. Comissão do Mar dos Sargãos	50
SECÇÃO 5 - ACORDO SOBRE A CONSERVAÇÃO DOS CETÁCEOS NO MAR NEGRO, MAR MEDITERRÂNEO E ÁREA ATLÂNTICA ADJACENTE	51

1. Celebração e Objetivos.....	51
2. Medidas Adotadas relativas a Áreas Protegidas e à Conservação de Cetáceos	52
SECÇÃO 6 - ACORDO SOBRE A CONSERVAÇÃO DOS PEQUENOS CETÁCEOS, NO MAR BÁLTICO, NO NORDESTE ATLÂNTICO, NO MAR DA IRLANDA E NO MAR DO NORTE.....	54
1. Celebração e Objetivos.....	54
2. Medidas de Conservação ASCOBANS	54
SECÇÃO 7 - CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E AMBIENTE DA REGIÃO DO PACÍFICO SUL	55
1. Celebração e Objetivos.....	55
2. Protocolos à Convenção	56
SECÇÃO 8 - COMISSÃO DE PESCAS DO ATLÂNTICO NORDESTE.....	57
1. Convenção sobre a Futura Cooperação Multilateral nas Pescas do Atlântico Nordeste	57
2. Comissão das Pescas do Atlântico Nordeste	57
3. Medidas de Conservação e Gestão NEAFC.....	58
SECÇÃO 9 - ORGANIZAÇÃO DAS PESCARIAS DO NOROESTE DO ATLÂNTICO... 59	
1. Convenção sobre a Futura Cooperação Multilateral nas Pescarias do Noroeste do Atlântico.....	59
2. Estabelecimento e Objetivos	60
3. Medidas de Conservação e Execução NAFO.....	60
SECÇÃO 10 - COMISSÃO GERAL DAS PESCAS DO MEDITERRÂNEO	61
1. Acordo para a Instituição da Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo.....	61
2. A Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo	62
3. Recomendações GFCM.....	62
SECÇÃO 11 - ORGANIZAÇÃO DAS PESCARIAS DO ATLÂNTICO SUDESTE.....	63
1. Convenção sobre a Conservação e a Gestão dos Recursos Haliêuticos no Atlântico Sudeste	63
2. Comissão SEAFO	64
3. Medidas de Conservação SEAFO	65
SECÇÃO 12 - ACORDO DE PESCA PARA O OCEANO ÍNDICO SUL.....	66
1. Acordo de Pesca para o Oceano Índico Sul	66
2. Reunião das Partes Contratantes	67
3. Medidas de Conservação e Gestão SIOFA	68
TÍTULO VIII – RECENTES DESENVOLVIMENTOS NA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS.....	69
1. BBNJ Working Group.....	69
2. Nova Meta para o Estabelecimento de uma Rede Representativa de Áreas Marinhas Protegidas.....	71
3. Proposta de Novo Instrumento Legal.....	72

BIBLIOGRAFIA.....	75
-------------------	----